

UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA
FACULDADE DE COMUNICAÇÃO
DEPARTAMENTO DE AUDIOVISUAIS E PUBLICIDADE

**E SE PENSARMOS DILMA COMO
ESTIGMA DAS RELAÇÕES DE PODER?**

BRUNNA LUIZA LIMA DE SOUSA

ORIENTADOR: PEDRO DAVID RUSSI

BRASÍLIA-DF
DEZEMBRO 2016

BRUNNA LUIZA LIMA DE SOUSA

E SE PENSARMOS DILMA COMO ESTIGMA DAS RELAÇÕES DE PODER?

Trabalho de conclusão de curso de graduação apresentado à Faculdade de Comunicação da Universidade de Brasília, como requisito parcial para obtenção do grau de bacharel em Comunicação Social, com habilitação em Publicidade e Propaganda.

Aprovada em _____ de _____ de _____.

BANCA EXAMINADORA:

Prof. Dr. Pedro Russi (Orientador)

Prof^a. Dra. Priscila Borges

Prof^a. Dra. Liziane Guazina

Prof. Dr. Wagner Rizzo (Suplente)

AGRADECIMENTOS

Ao Douglas, meu primo de coração, que no dia 17 de setembro de 2012 recebeu minha ligação angustiada, pedindo que me ajudasse com uma ação judicial para, mesmo ainda estando no Ensino Médio, garantir a minha vaga no curso de Comunicação Social por meio do vestibular. Sem seus esforços, eu não teria tido o privilégio de entrar tão cedo nessa Universidade.

À minha família – pai e mãe. Não tenho palavras e nem todo o vocabulário do mundo seria suficiente para agradecer por todo o amor e dedicação que vocês tiveram comigo ao longo desses anos. Obrigada por toda a segurança, apoio e pelos enormes esforços e lutas para que eu chegasse onde estou, pelos ensinamentos, por me ensinar a encarar a vida de frente e por me proteger sem deixar de me mostrar o mundo. Vocês são tudo para mim.

À Doisnovemeia Publicidade. Os 18 meses que passei dentro dessa porta verde maravilhosa fizeram toda a diferença na minha vida como profissional e, principalmente, como pessoa. Obrigada pelas várias tardes de aprendizagem, descobrimento, oportunidades de estágio que se seguiram depois e pelas inúmeras lições e experiências vividas. Fazer por paixão é o meu maior lema até hoje.

Ao meu orientador, Pedro Russi, que foi uma das minhas maiores inspirações durante os meus anos de faculdade. Obrigada por aceitar ser meu orientador e trilhar junto comigo essa pesquisa que, sem os seus conselhos e orientações, não chegaria nem perto do que se tornou. Obrigada por todos os ensinamentos que você me deu, desde a primeira aula que tive com você até o final da minha monografia.

Ao professor Wagner Rizzo, pelas incontáveis vezes que me acolheu nos momentos de angústia e felicidade, que me aturou durante vários semestres com meus desabafos e dúvidas. Obrigada pelos conselhos, pelos presentes, pelos ensinamentos sobre a vida. Ser ensinada por você foi um privilégio que nunca vou esquecer. Obrigada por tudo o que fez por mim.

Aos meus amigos – seria impossível citar cada um –, que me deram forças, incentivaram e escutaram minhas ideias malucas e mudanças de temas de pesquisa; que me deram conselhos e seguraram a barra quando eu achei que não ia conseguir terminar meu trabalho de conclusão de curso. Vocês são meu maior tesouro.

Ao professor Guilherme Di Angellis e à professora Clarissa Motter pelos dados e textos que foram de extrema ajuda para esse trabalho. Ao seu Isaías por todos os bom dias e ao Rogério por todas as ajudas desesperadas. À toda a Faculdade de Comunicação e à Universidade de Brasília, que me acolheram tão bem nesses quatro anos, em tantas manhãs, tardes e noites. Obrigada por serem minha segunda casa, meu refúgio, meu lugar de transformação. Nunca vou conseguir superar tudo de mais incrível que vivi nesse lugar. Minha vida com certeza não será mais a mesma depois de ter passado por aqui.

A intolerância social produz massacres [...]

Daniela Arbex

SUMÁRIO

Índice de figuras.....	7
Resumo.....	8
Abstract.....	9
1. Introdução.....	10
2. E se pensarmos Dilma como estigma?	16
3. E se pensarmos Dilma como mulher?	27
4. E se pensarmos Dilma como estigma das relações de poder?.....	49
4.1. Relações de poder.....	49
4.2. Poder e conhecimento.....	56
4.3. A servidão voluntária.....	59
4.4. A problematização do poder.....	65
5. Conclusões	73
6. Referências bibliográficas	75
7. Anexos	78

ÍNDICE DE FIGURAS

Figura 1: Meme de Marcela e Michel Temer	17
Figura 2: <i>Tweet 1</i>	20
Figura 3: <i>Tweet 2</i>	21
Figura 4: <i>Tweet 3</i>	25
Figura 5: Adesivo de Dilma no carro	30
Figura 5.1: Adesivo de Dilma	31
Figura 6: Intervenção urbana de Jair Bolsonaro	34
Figura 7: “As explosões nervosas da presidente”	37
Figura 7.1: As explosões nervosas da mulher x do homem	38
Figura 8: Bela, recatada e “do lar”	40
Figura 9: <i>Tweet 4</i>	45
Figura 10: Post no Instagram de Rachel Sherazade	46
Figura 11: Meme de Dilma	50
Figura 12: Charge de Duke	53
Figura 13: Imagem “Tchau querida”	58
Figura 14: Vestida para mandar – a roupa da presidente	63
Figura 15: Camisetas ofensivas de Dilma	65
Figura 15.1: Capa de revista com ex presidente Collor	67
Figura 15.2: Capa de revista com ex presidente Lula.....	68
Figura 15.3: Capa de revista com atual presidente Michel Temer.....	69

RESUMO

No dia 31 de agosto de 2016, Dilma Rousseff – a primeira mulher presidente do Brasil, sofreu um processo de *Impeachment* e deixou, acusada de crime de responsabilidade, o cargo político de maior importância no país. Com a onda de discussões, debates e manifestos que ocorreram no território nacional por consequência do fato, este trabalho analisou por meio dos discursos da Comunicação e do ambiente midiático, a representação da imagem da ex-presidenta Dilma Rousseff como figura de grande importância social para entender conceitos como estigma, gênero e construção do poder.

O processo desta pesquisa teve como base uma dinâmica inferencial, que se preocupa em compreender, mais do que achar uma resposta, certos conhecimentos que permitem conhecer a cada momento algo mais sobre um fenômeno determinado. Ao invés de concluir em um pensamento, o processo de inferência coloca o desafio de elaborar possíveis respostas para novas possibilidades de conhecimento. Portanto, neste trabalho, preocupou-se em entender a relevância de uma mulher no poder, dentro de uma instância social.

Palavras-chave: Mulheres; poder; estigma; comunicação; mídia; Dilma; gênero.

ABSTRACT

On August 31, 2016, Dilma Rousseff - the first woman president of Brazil, underwent an impeachment process and left, accused of a crime of responsibility, the most important political position in the country. With the wave of discussions, debates and manifests that occurred in the national territory as a consequence of the fact, this work analyzed through the speeches of the Communication and the media environment, the representation of the image of the former president Dilma Rousseff as a figure of great social importance for understand concepts such as stigma, gender and power building.

The process of this research was based on an inferential dynamics, which is concerned with understanding, rather than finding an answer, certain knowledge that allows to know at any moment something more about a certain phenomenon. Rather than concluding in a thought, the inference process poses the challenge of elaborating possible responses to new possibilities of knowledge. Therefore, in this work, he was concerned to understand the relevance of a woman in power, within a social instance.

Key words: Women; power; stigma; communication; media; Dilma; gender.

1. Introdução

Sempre gostei muito de estudar questões sociais. Se eu não fosse tão apaixonada por Comunicação, Sociologia seria uma ciência que eu me aventuraria a conhecer. Ao escolher Publicidade, procurei direcionar minhas motivações e interesses para um lado mais humano. Campanhas publicitárias humanitárias e sensíveis eram o que mais me atraíam a estudar Propaganda e, por ouvir meu pai falar desde pequena que a comunicação é uma das ferramentas mais poderosas do mundo, acreditei que teria a oportunidade de fazer a diferença nesse meio.

Eu sou negra e sou mulher. Identificar-me como uma minoria não foi difícil, pelo contrário. Portanto, escolher minorias sociais como tema foi ainda mais fácil, quase natural. Antes mesmo de definir um objeto de pesquisa, eu sabia que queria estudar esse conceito. Eu queria entender, mais profundamente pela visão da comunicação, o que significa ser minoria em uma sociedade na qual a desigualdade ainda se mantém, mesmo de forma mascarada, e como contribuimos para mantê-la.

Escolher a mulher como minoria a ser analisada foi outro processo natural, afinal, eu me interessei pelo feminismo desde que me deparei pela primeira vez com esse movimento, e estudar o gênero feminino também acabou sendo primordial para o meu trabalho. Minha pesquisa se tornou uma descoberta a cada passo. No começo tinha um objetivo, mas, no final, tomou um caminho diferente do que eu imaginava, porém muito mais satisfatório. E isso virou parte até mesmo da minha metodologia de pesquisa.

Quando comecei a pesquisar minorias, não me satisfiz apenas com a ideia de que minorias sociais eram subgrupos que se distinguiam do grupo dominante dentro de uma sociedade e, por sofrerem discriminação por raça, cor, gênero ou etnia, não tinham os mesmos direitos sociais, econômicos e políticos. Eu queria aprofundar, queria entender cada vez mais essa estrutura que transformou o mundo no que ele é hoje e, com isso, trouxe tantos transtornos e massacres em consequência.

A partir de estudos e reflexões, percebi que o fenômeno que eu realmente gostaria de estudar e que me proporcionaria um entendimento mais completo para minha dúvida eram os estigmas. Logo, compreender como a mulher, uma minoria social, era estigmatizada.

Então, decidi que as teorias sobre minorias sociais teriam que ser substituídas pelas teorias sobre estigma. No entanto, a dúvida e a inquietude permaneciam e só foram finalmente cessadas quando descobri, pesquisando mais a fundo a origem de tais fenômenos, a construção e as relações de poder.

Quando as teorias sobre o poder chegaram ao meu entendimento, percebi que era exatamente aonde eu queria chegar. A escolha de Dilma Rousseff acabou sendo pertinente para análise a partir da minha observação pelos movimentos políticos atuais, que cercaram o Brasil durante os últimos meses. Após ter a percepção de que os fatos históricos recentes do país podiam ter uma relação com o meu trabalho, utilizei Dilma como objeto de pesquisa que pudesse ilustrar, de forma clara e objetiva, meu estudo sobre a mulher como um ser estigmatizado das relações de poder.

Depois disso, o trabalho ficou mais claro e objetivo, e a pergunta de pesquisa se tornou: Como podemos analisar, do ponto de vista midiático, a mulher como um ser estigmatizado – sendo estigma um objeto das relações de poder – pelo mandato de Dilma Rousseff como primeira mulher a chegar ao poder político central do Brasil e, no meio do seu segundo mandato, ter sofrido um processo de *impeachment*?”

Antes de tudo, é importante esclarecer que o lugar da Dilma dentro dessa pesquisa é uma ilustração do tema central. O fato de Dilma estar presente em minhas análises se dá pelo motivo dela ser uma figura muito importante para as mulheres no Brasil por ter sido a primeira mulher a ocupar o cargo de poder mais importante do governo. Porém, essa pesquisa não se trata de um estudo de caso sobre a ex-presidenta.

O objetivo dessa monografia é entender o que é ser estigmatizada como mulher, a partir do conceito de “Estigma” do sociólogo Erving Goffman; e entender a construção do poder, a partir do conceito de “Poder” do filósofo Michel Foucault, que possibilita que o estigma se estabeleça. Para isso,

analisei imagens dentro do meio comunicacional que pudessem complementar as análises teóricas sobre os fenômenos sociais pelos quais desde o começo me interessei.

Portanto, no primeiro capítulo da minha pesquisa, analiso primeiramente o conceito de estigma, pois acredito que, para entendermos a mulher como estigma, é necessário primeiro o entendimento do fenômeno social em si. Junto com o estigma, analiso situações e massacres que aconteceram no Brasil para dar veracidade e base ao conceito.

No segundo capítulo, analiso teorias feministas, como violência de gênero, dominação masculina e questões de feminilidade, e faço uma análise histórica – deixando claro que não se trata de uma cronologia detalhada, mas sim considerações de pontos de intensidade que estão diretamente relacionados à minha pesquisa – sobre Dilma Rousseff, sua ascensão na política brasileira e a importância histórica desse fato mediante a escassez de mulheres no poder.

No último capítulo, finalizo com as teorias de poder, de extrema importância no trabalho para o entendimento completo do tema proposto. O que é o poder, como ele se manifesta em uma sociedade, como identificamos, onde ele mais atua, como somos movidos por uma servidão voluntária que nos força, cotidianamente, pelos micropoderes, a crescer à base de um sistema manipulado por interesses. Essa noção sobre o poder é essencial para perceber como o conceito de estigma se manifesta e existe e, a partir dele, como a violência, desigualdade e preconceito contra a mulher atingem as camadas sociais, e principalmente, explicar por que mulheres no poder são quase inexistentes – e por isso, tão necessárias.

A metodologia utilizada nesta pesquisa foi o método inferencial. A ideia de construir inferência ou de pensar no sentido inferencial é o processo que o pesquisador faz para compreender um fenômeno. A inferência é justamente a potência, a possibilidade que o pesquisador tem de construir possíveis respostas, possíveis caminhos para compreender algo. É o caminho que eu faço para compreender, relacionando elementos que me permitem dizer que um fenômeno está acontecendo de tal forma específica.

O processo inferencial tem como ponto interessante a preocupação de não fechar uma resposta. Nessa dinâmica, as respostas, ou os possíveis caminhos que estou construindo, não são absolutos, não finalizam, não se fecham, não se concluem. Não se trata de verificar se algo acontece ou não, mas sim de aperfeiçoar essas respostas que vão me permitindo conhecer a cada momento algo mais sobre uma situação, colocando-me o desafio de construir um novo conhecimento.

Não vamos verificar e determinar se Dilma é ou não algo, mas sim “o que posso entender de uma situação de Dilma, presidenta, gênero, estigma e poder, quando eu começo a pensar e articular inferencialmente determinados elementos que me permitem problematizar um acontecimento? E quais são os possíveis caminhos que eu vou construindo para compreender um determinado fenômeno sobre Dilma?”

A análise se dá em três pontos principais da pesquisa: o que significa ser estigmatizado; o que é o poder; e a ex-presidenta Dilma como mulher que chegou ao poder dentro desse cenário sociológico e de gênero. Como a Dilma é uma figura pública em um cenário político, utilizei mídias jornalísticas e jornais brasileiros, tanto *online* quanto impressos, para ilustrar as representações de sua imagem na comunicação, pois é onde elas mais se encontram. Além disso, utilizo algumas postagens na internet, em redes sociais de autores desconhecidos e outras figuras públicas, que também produzem o discurso que analiso.

As imagens foram escolhidas aleatoriamente, de diversos meios e veículos de propagação de informação diferentes, como revistas, *blogs*, redes sociais, *memes* – sendo *meme* um termo usado para designar imagens criadas na internet sobre temas que estão em alta para viralizar e chegar a um grande nível de popularidade e alcance dos usuários. Também são consideradas como informações virais. (*significados.com*, 2016) –, matérias jornalísticas *online*, publicidade, intervenções urbanas, *tweets*, entre outros. Ou seja, que foram veiculadas no ambiente midiático e ganharam repercussão e sentido consideráveis, proporcionando a discussão da análise proposta.

A busca detalhada e profunda por essa questão vem da minha inquietude em perceber a Comunicação como o principal meio de produção cultural, de pensamentos ideológicos, políticos e econômicos, e o poder que ela tem de operar mudanças significativas.

Sendo estudante de Publicidade, percebi, ao estudar suas técnicas e formas de atuação durante esses anos, o quanto ela pode ser problemática e nociva quando utilizada de maneira deturpada. Sendo assim, e por saber também que a Publicidade e a Comunicação como um todo influenciam de forma intrínseca nossos pensamentos, comportamentos e ações, é muito importante ter cuidado com o que comunicamos às pessoas.

Com o crescente acesso à internet e o mundo mais globalizado do que nunca, ficou mais fácil e prático para a população conseguir informações por meios de comunicação alternativos. Mesmo assim, a Publicidade continua a vender seus produtos, em todos os meios, utilizando estereótipos do que é ser mulher. Por saber que já existem diversos estudos sobre a representação da mulher na Publicidade, na mídia e os estereótipos usados em relação ao seu comportamento, meu trabalho traz uma perspectiva diferente. E, a partir disso, propõe uma reflexão.

O lugar da minha pesquisa na Comunicação é a sociedade. São as instituições de produção de saber, os veículos de comunicação, os problemas sociais, os estigmas e ideologias difíceis de serem alteradas por conta de micropoderes historicamente fundados e perpetuados há milhares de anos em nossa cultura.

Por fim, o objetivo da minha pesquisa é entender por que as mulheres são estigmatizadas, as relações de poder que as envolvem e o fato da Comunicação ser o sujeito discursivo principal de toda essa construção que hoje define e afeta a vida das mulheres – e que afetou, de forma visível, a primeira presidente mulher do nosso país e uma das poucas vitórias de igualdade de gênero que tivemos em tantos anos.

2. E se pensarmos Dilma como estigma?

O objetivo desse capítulo é entender a presidenta Dilma como ser estigmatizado, isto é, pensando-a como um indivíduo enquanto mulher que, em caráter de sua condição sexual e de gênero, acaba por sofrer opressões sociais. Partindo também do princípio que existem pessoas que, por características físicas, históricas, políticas ou econômicas, sofrem opressão ou desigualdade em qualquer nível social e são chamadas ou marcadas de estigmatizadas.

Estudar o conceito de estigma, como ele se desenvolve na sociedade e as consequências desastrosas em função de sua intolerância, é essencial para ter uma discussão mais profunda sobre a construção do poder e a relação que essa construção tem na análise de como uma mulher em um cargo político de alta significância dentro do nosso país é retratada no meio midiático.

Segundo as teorias de Erving Goffman – sociólogo Canadense com estudos voltados para teorias sobre interação e construção social –, o termo “estigma” foi criado pelos gregos para se referir à uma marca corporal, que sinalizava algo de extraordinário ou mau sobre o status social e moral de uma pessoa na sociedade. Ou seja, se uma pessoa era um(a) escravo(a), criminoso(a) ou traidor(a), eram fixados em seu corpo certas marcas para que elas tivessem uma diferença clara em relação ao resto da população.

Em seu livro *Estigma – notas sobre a manipulação da identidade deteriorada* (1891), Goffman fala que a sociedade estabelece meios de categorizar as pessoas em atributos naturais e comuns, de acordo com cada ambiente que ela vive e de relações sociais. Baseando-se no fato de que existem essas categorias estabelecidas, criam-se expectativas normativas, em exigências apresentadas de modo rigoroso. (GOFFMAN, 1891)

Essas expectativas normativas, no caso das mulheres, podem estar relacionadas com a construção do padrão de beleza ocidental, que determina como as mulheres devem ser e se comportar, baseado em características

consideradas atrativas para a maioria dos homens. Um grande exemplo disso está na figura a seguir.



há 14 minutos • Curtir • Responder

Figura 1 - Imagem retirada da rede social Facebook, de um perfil/autor não identificado, acessada no dia 28 de outubro de 2016.

A figura retrata uma foto na qual se encontra o atual presidente do Brasil, Michel Temer, com a sua esposa, Marcela Temer. A frase escrita por cima da foto, o lugar onde ela foi veiculada (rede social Facebook) e seu formato dizem respeito a um *meme* ironizando que a ex-presidenta Dilma Rousseff poderia ter sofrido *impeachment* por suas características físicas, já que Marcela Temer é uma mulher considerada bonita, dentro dos padrões de beleza e, por causa disso, “merece” mais do que Dilma ter sua presença destacada no cenário político.

Essa brincadeira na internet sobre a ex-presidenta e os motivos de seu *impeachment* mostram, ainda que de forma sutil e irônica, algumas das

expectativas normativas em relação às mulheres segundo as teorias de Goffman sobre o estigma; sendo o estigma também uma relação entre atributos e estereótipos, usado em referência a uma característica profundamente depreciativa, mas que, na verdade, existe por conta de uma linguagem de relações pré-determinadas.

O padrão de beleza é apenas uma dessas linguagens de relações pré-determinadas, pois, mesmo Marcela Temer estando dentro dos padrões de beleza, ela ainda pode ser considerada estigmatizada por estar dentro da categoria “mulher”. E, quando um indivíduo não atinge as exigências de todas as expectativas normalizadas, como no caso de Dilma e, em geral, de todas as mulheres em algum grau, nível ou instância, ele pode se tornar estigmatizado.

Essa ideia de que existe uma expectativa baseada na aceitação do que é normal ou não veio do surgimento do conceito de “normal” e “anormal”, segundo os estudos de Goffman e, anteriormente, os de Michel Foucault, por meio dos interesses da medicina humana:

A noção de “ser humano normal” pode ter sua origem na abordagem médica da humanidade, ou nas tendências das organizações burocráticas em grande escala, como a Nação-Estado, de tratar todos os seus membros como iguais em alguns aspectos. Quaisquer que sejam suas origens, ela parece fornecer a representação básica por meio da qual os leigos usualmente se concebem. De maneira interessante, parece ter surgido uma convenção na literatura popular segundo a qual uma pessoa de reputação duvidosa proclama o seu direito de normalidade citando o fato de ter se casado e ter filhos e, muito estranho, declarando ter passado o Natal e a Ação de Graças com eles. (GOFFMAN, 2004, p. 9)

Goffman define algumas categorias de estigma para o entendimento completo de sua teoria, mas podemos entender, de forma mais clara e objetiva antes de nos aprofundarmos mais no tema, sua divisão em três tipos mais abrangentes: em primeiro lugar, existem os estigmas sobre o corpo, abominações em relação a deformidades físicas; em segundo lugar, as culpas

de caráter individual, entendidas como vontade fraca, paixões tirânicas, crenças falsas, desonestidade, distúrbio mental, alcoolismo, vícios em geral e comportamentos políticos radicais, muito ligados às relações sociais; e há, também, os estigmas de raça, nação e religião. Ou seja, os estigmas que já conhecemos baseados na cor, no gênero, em crenças e diferentes culturas, que podem ser transmitidos pela linhagem e “contaminar” por igual todos os membros de uma família.

Esses três tipos proporcionam um breve entendimento do termo, o porquê de certas pessoas diferentes (em relação ao padrão hegemônico) serem tidas como estigmatizadas e, em consequência, sofrerem repressão e desigualdade social. Porém, existem várias circunstâncias que fazem com que os indivíduos sejam estigmatizados, muito além dos três tipos que foram apresentados. Goffman divide em outras categorias mais específicas, como “identidades virtuais”, “identidades reais” e “identidades sociais” que, basicamente, referem-se a como o sujeito estigmatizado se relaciona com o resto da sociedade.

Por causa da sua condição, os estigmatizados se sentem inferiores, percebem que as pessoas “normais” não os aceitam e, por isso, nunca se sentem seguros com elas. Goffman analisa diversos exemplos e relatos de pessoas estigmatizadas que falam como se sentem em determinadas situações – como negros em lugares privilegiadamente brancos, imigrantes em países onde eles não conhecem a língua e, no caso da minha pesquisa, a mulher em um meio predominantemente masculino. Eles se sentem inseguros quando uma pessoa se aproxima, pois nunca sabem se a reação da pessoa será receptiva ou não. E, normalmente, não é.

Podemos analisar, a partir da próxima figura, uma demonstração agressiva contra Dilma, novamente sobre seus atributos físicos e, também, sobre a sua “incompetência” em governar um país. É possível perceber a insinuação de inferioridade das mulheres perante os homens, mesmo que a mulher em questão tenha sido eleita presidenta do Brasil e, logo, definida como apta a exercer tal cargo político.



Com uma mulher na presidência, quem vai botar o pau na mesa quando o caldo engrossar? Só cuspiendo fogo mesmo.

#DilmaDragão

View translation

Reply Retweet Favorite More

10:49 PM - 31 Oct 10 from São Paulo, São Paulo

Figura 2 - Imagem retirada da rede social Twitter de perfil/autor não identificado, acessada no dia 01 de novembro de 2016.

Essas formas de expressão, mesmo no ambiente midiático, são disseminadas na sociedade e atingem níveis mais agressivos, como a violência física. Muito por conta desses discursos, seja na televisão, internet, jornais, músicas ou outros veículos de comunicação, a propagação da inferioridade das mulheres repercute de maneira abundante.

As mulheres, então, por conta de seu status como estigmatizadas, também estão inseridas dentro da categoria de minorias sociais. Pois, quando estudamos minorias sociais – conceito bastante relacionado com o do estigma –, sabemos que, mesmo que o termo “minorias” tenha uma complexidade de significados e variedade de casos que servem de definição, em seu conceito geral refere-se a subgrupos dentro de uma sociedade que se distinguem do grupo dominante no poder. As minorias se consideram e são consideradas diferentes do grupo dominante e, por essa razão, não participam integralmente da vida social.

Segundo o *Dicionário de Ciências Sociais* da Fundação Getúlio Vargas (1986), o termo minoria é um conceito que surgiu na Europa para designar grupos de pessoas que vivem num solo que ocupam desde tempos remotos,

mas que, por mudanças das fronteiras, tornaram-se politicamente subordinados a Estados nacionais diversos (Fundação Getúlio Vargas). Portanto, a origem das minorias está, historicamente, atrelada a questões territoriais. Assim, fazia completo sentido serem chamados de “minorias”, afinal, eram grupos em *menor* quantidade e em um país estrangeiro.

Porém, além de questões territoriais e muito por conta dos estigmas, hoje a palavra “minorias” implica a existência de um grupo dominante com status social mais elevado e maiores privilégios, em contrapartida ao status de minorias significar a exclusão de participação completa na vida social. As minorias ocupam posições desvantajosas na sociedade, possuem marcas de identificação raciais, culturais ou outras, são alijadas de certas oportunidades (econômicas, sociais, políticas) e são objetos de preconceito e discriminação.

No *tweet* da figura, abaixo podemos ver um exemplo que simboliza o preconceito em relação às minorias. Não somente sobre Dilma enquanto mulher fora do padrão de beleza, que é o destaque na frase, mas também sobre a opinião em relação aos homossexuais, que do mesmo modo se enquadra dentro do status de estigmatizados e da categoria de minorias sociais.



Figura 3 - Imagem retirada da rede social Twitter de perfil/autor não identificado, acessada no dia 02 de novembro de 2016.

O discurso de ódio em relação à presidenta, sua escolha sexual, seus atributos físicos e pensamentos políticos, é apenas um dos tipos de depreciação para com as mulheres e outras minorias. Existem relatos de muitas organizações, instituições, grandes corporações ou até mesmo eventos que praticaram (e ainda praticam) atos de extrema barbárie em função desses fenômenos observados por essas teorias e, principalmente, em função da intolerância social com indivíduos estigmatizados. Um exemplo a ser citado é o caso do hospital psiquiátrico Colônia de Barbacena, em Minas Gerais, responsável pelo extermínio de minorias sociais.

A história do local, que funcionou de 1903 até os anos 1980, foi registrada no livro-reportagem *O Holocausto Brasileiro* de 2013. Segundo Daniela Arbex, jornalista autora do livro, o Colônia era um campo de concentração nazista maquiado de hospício, que servia para abrigar pessoas que ameaçavam a ordem pública – desafetos, homossexuais, militantes políticos, pobres, mães solteiras, alcoolistas, mendigos, prostitutas, negros, “insanos” etc.

Durante os anos 1930, a superlotação deu início aos extermínios dos confinados. Em um lugar destinado a 200 pessoas, havia mais de 5 mil pacientes e, durante seus anos de funcionamento, ocorreram cerca de 60 mil mortes naquele que era considerado o maior hospício do Brasil. Lá, eles sustentavam a ideia de “limpeza social”. Como era um lugar apoiado pela igreja e pelo governo, manteve-se durante anos longe da vista da população, sem que alguém de fora soubesse das situações desumanas às quais os pacientes eram submetidos.

Muitas pessoas que se enquadravam como minorias ou seres estigmatizados eram mandadas para lá por, às vezes, nenhum motivo razoável. Como no caso do relato de uma paciente que foi parar no Colônia por ter sido abordada pela polícia na rua e estava sem documento de identificação. Lá dentro, histórias horríveis aconteciam. Mulheres passavam fezes em suas barrigas grávidas para que não tocassem e nem machucassem seus filhos que, muitas vezes, eram perdidos antes mesmo do nascimento por conta das condições precárias de saúde e higiene.

Frequentemente trancados, bebiam a própria urina ou a água do esgoto que cercava a instituição para matar a sede, já que não havia outra alternativa. Funcionários que trabalharam no Colônia relatam, no livro, a escassez da comida que era produzida para quase cinco mil detentos. As condições desumanas em que as pessoas chegavam por conta da fome, do frio e da miséria eram terríveis. Comiam bichos, pois depois de tanto tempo confinados em situações humilhantes, perdiam até mesmo a sua humanidade.

Durante muito tempo, várias universidades e hospitais da região pagaram muito caro por cada corpo a ser utilizado em estudos. Estudantes e professores relatam no livro como era receber caminhões lotados de cadáveres dos detentos do hospício em péssimas condições de higiene, praticamente sem pele de tão magros por conta da má alimentação. Sem contar as inúmeras doenças que eram detectadas mesmo após a morte.

Inclusive, o fato do Colônia ter sido mantido como instituição por tanto tempo se deve também à questão de que não era interessante para os institutos de pesquisa de psiquiatria, medicina ou para as universidades o hospício ser fechado. Afinal, era de lá que eles conseguiam centenas de cadáveres para experimentos. Depois que os cadáveres já tinham preenchido quase todas as universidades, os coordenadores da Colônia pegavam os corpos inutilizados e queimavam no ácido úrico, na frente dos demais pacientes do hospício.

O Cemitério da Paz, criado para sepultar os detentos, foi fundado junto com o Colônia e está desativado desde os anos 80. A explicação para ele estar inutilizado é que o terreno está saturado demais para ser usado. Foram tantos óbitos durante a época do Colônia que os corpos eram, na verdade, pilhas de cadáveres. Ou seja, não eram enterrados, mas sim empilhados. O cemitério se tornou um terreno tomado por uma vegetação muito alta, no qual podem ser encontrados preservativos usados e latinhas de alumínio utilizadas para fumar drogas como o *crack*. Lá são mantidos mais de 60 mil mortos vindos do hospício. Nem na hora da morte esses pacientes tiveram seu devido respeito e dignidade, segundo o livro.

Daniela Arbex entrevistou alguns dos ex-presidiários do hospício e conta como foi difícil para eles viverem e se adaptaram às condições normais da vida fora do Colônia. Alguns mal conseguiam acreditar em tanto luxo, de tão acostumados com os maus tratos e indignidade. Com o dinheiro disponibilizado pelo governo para ex-pacientes, a maioria não soube lidar com a liberdade de finalmente viver fora dos arredores do hospício que foram mantidos por tantos anos.

Fazendo uma relação com os estudos de Goffman sobre estigma, questiono o fato de pessoas definidas como “normais” não conseguirem lidar com a existência de pessoas diferentes na sociedade. Tanto não conseguem lidar que se sentem ameaçadas com a situação de estigmatizados ou minorias existirem e alterarem a ordem social do que eles consideram normal. E, por conta disso, acabam fazendo coisas terríveis, como foi no caso da criação desse hospício.

Tragédias como a do Colônia nos colocam frente a frente com a intolerância social que continua a produzir massacres: Carandiru, Candelária, Vigário Geral, Favela da Chatuba são apenas novos nomes para velhas formas de extermínio. Ontem foram os judeus e os loucos, hoje os indesejáveis são os pobres, os negros, os dependentes químicos, e, com eles, temos o retorno das internações compulsórias temporárias. (ARBEX, 2013, p. 232-233)

O Colônia é, na prática, uma das grandes consequência dos efeitos do estigma e da criação social das “identidades deterioradas”. Não só ele, mas diversas guerras, bombardeios, prisões e campos de concentrações que existiram ao longo da história, evidenciando cada vez mais esse problema existente na sociedade e que, atualmente, apesar de ser menos explícito, ainda ocorre de maneira constante.

Segundo as teorias de Goffman, historicamente, o conceito de estigma significa uma marca e essa “marca” representa uma diferença clara entre os outros indivíduos (estigma). Esta diferença clara torna a mulher uma minoria

social, pois todos os seres definidos sexualmente como muitas mulheres sofreram desigualdades sociais, políticas e econômicas, além de serem vítimas de violências, estupros, agressões, depreciações e desrespeitos – daí a necessidade de existir essa busca necessária pela igualdade de gênero.

Estudar a Dilma nesse contexto significa pensá-la a partir de uma mulher estigmatizada. Não apenas porque ela foi presidenta do Brasil ou porque sofreu um processo de *impeachment* no meio de seu segundo mandato, mas sim porque ela é mulher e, ao ser mulher em uma sociedade culturalmente construída como a nossa e com todas as características que conhecemos (como o patriarcado e com ele machismo e a misoginia), é ser estigmatizada.

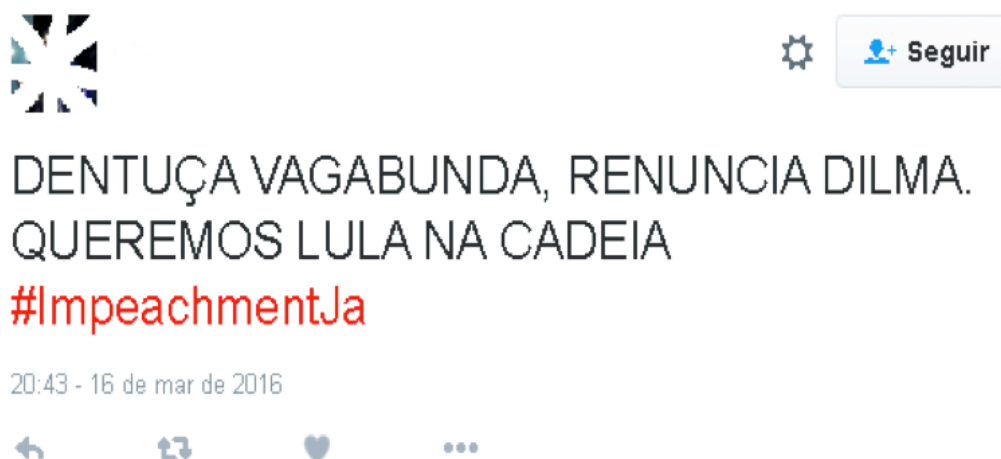


Figura 4 - Imagem retirada da rede social Twitter de perfil/autor não identificado, acessada no dia 02 de novembro de 2016.

O que eu gostaria de entender – e é uma das reflexões que proponho nesta pesquisa – é por que as pessoas “normais” conseguem ter um poder tão grande sobre os “anormais” a ponto de, mesmo sendo a maioria em quantidade, tornarem-se, automaticamente, minoria perto dessa construção cultural? Da onde veio essa relação? Por que ela existe? Onde a mulher está nesse contexto? Quais são as teorias que fundamentam sua história e exclusão da sociedade? Por que existem tantos problemas de gênero? E como eles fazem da mulher um ser estigmatizado?

Por que essa relação motiva a selecionar, diferenciar, e, a partir disso, exterminar ou retirar, como no caso do *impeachment*, pessoas estigmatizadas do meio social? Por que Dilma, mesmo chegando ao cargo de presidenta do Brasil, não ficou livre de ataques misóginos e sexistas? Por que é tão difícil uma mulher chegar ao poder e como isso me permite analisar essas questões do ponto de vista midiático?

3. E se pensarmos Dilma como mulher?

Dilma Vana Rousseff Linhares foi a primeira mulher a se tornar presidente do Brasil. Nascida no dia 14 de dezembro de 1947, em Belo Horizonte (Minas Gerais), começou sua vida política muito cedo. Aos 16 anos já lutava contra o regime militar da época e, depois de passar por torturas e prisões em decorrência da resistência ao governo, realizou estudos em Economia na Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS). Fez seu doutorado na Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP) e, junto com seu marido, Carlos Araújo, fundou, em 1979, o partido político chamado Partido Democrático Trabalhista (PDT).

Após alguns anos, filiou-se ao Partido dos Trabalhadores (PT) e apoiou a candidatura do ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva, que governou o país em dois mandatos (2002-2006 e 2006-2010). Logo após, apoiada pelo ex-presidente e pelo seu partido, Dilma candidatou-se à Presidência da República, onde venceu também por duas eleições seguidas (2010 e 2014). Depois de sua segunda eleição, conturbada por conta de um Brasil dividido politicamente, surgiram diversas denúncias de corrupção contra seu partido político, o PT.

Com esse cenário, o ex-presidente da Câmara dos Deputados, Eduardo Cunha, filiado ao Partido do Movimento Democrático do Brasil (PMDB), abriu as investigações contra a presidenta para um processo de *impeachment*. No dia 31 de agosto de 2016, Dilma Rousseff, eleita a primeira presidenta do Brasil, deixou seu cargo político efetivamente. Após denúncias, Dilma foi condenada por crime de responsabilidade pelo Senado Federal.¹

Embora existam inúmeras discussões, debates e controvérsias sobre os motivos de seu *Impeachment*, Dilma foi uma das 14 mulheres no mundo a governar um país, segundo dados da Organização Mundial das Nações Unidas (ONU), e uma das 6 mulheres a presidir uma Nação latino-americana, segundo

¹ Fonte retirada do site da presidência. Acessado no dia 20 de outubro de 2016.
<<http://www2.planalto.gov.br/presidencia/presidenta/biografia/biografiadilma>>

dados da revista Exame². Esses dados, além de mostrarem a escassez de mulheres na política e na liderança do Brasil e do mundo, mostram também que Dilma faz parte de um grande marco histórico e uma evolução para o Brasil nas questões de igualdade de gênero.

A consequência de seu cargo como presidenta influenciou a criação de várias plataformas e políticas de incentivo para que a presença de mulheres no poder aumentasse. Podemos observar isso no livro *Mais mulheres na política* (2015), escrito em conjunto pela Procuradoria Especial da Mulher e pela Secretaria da Mulher, com o apoio do Senado Federal e da Câmara dos Deputados. Com o objetivo de fortalecer o movimento feminista – sendo *feminismo* um termo para designar o conjunto de movimentos políticos, sociais e econômicos que tem como objetivo direitos equânimes (iguais) de gênero (*Carta Capital*, 2015) – e dar visibilidade e engajar mais mulheres a se interessarem pela vida política, o livro consiste em um estudo e uma análise histórica sobre a ascensão das mulheres no poder.

Tendo como princípio a data e a história da conquista do direito de voto (conseguido há pouco mais de 80 anos), até dados sobre a quantidade de mulheres no sistema governamental do Brasil em relação aos outros países, o livro traz uma discussão muito importante sobre igualdade de gênero nas camadas dos Poderes Legislativo e Executivo, e propõe ainda uma reforma política inclusiva, que dê acesso quantitativamente igualitário mulheres e homens na política brasileira.

Segundo o livro,

De acordo com os números do IBGE, as mulheres totalizam 51,3% da população, e formam, também, a maior parte do eleitorado: 52%, conforme levantamento feito, em 2014, pelo Tribunal Superior Eleitoral. Em números absolutos, isso

² Fonte retirada do site uol notícias. Acessado no dia 20 de outubro 2016.
<<http://noticias.uol.com.br/internacional/ultimas-noticias/2010/10/20/mulheres-sao-chefes-de-estado-ou-governo-em-apenas-14-paises-do-mundo.htm>>

Fonte retirada do site Revista Exame. Acessado no dia 19 de outubro de 2016.
<<http://exame.abril.com.br/mundo/america-latina-e-mulheres-6-presidentes-e-nenhuma-ditadora/>>

significa que, das 142,8 milhões de pessoas habilitadas a votar no Brasil, 74,4 milhões são mulheres. Além disso, dados da Pesquisa Nacional por Domicílio de 2012 mostram que elas estudam mais, são maioria nas universidades brasileiras e ocupam 41,9% dos postos de trabalho. Além disso, são as principais responsáveis pela manutenção financeira de mais de 38% das famílias brasileiras. No entanto, também compõem a parcela mais empobrecida da população e ocupam os postos de trabalho mais precários, obtendo renda inferior à obtida pela parcela masculina. (*Mais mulheres na política*, 2015, p.21)

Ele também levanta dados e cria tabelas para mostrar a participação das mulheres na política como representantes no governo brasileiro. Na tabela (*anexo 1*) do *ranking* de representatividade feminina de 188 países, o Brasil aparece na 158ª posição como um dos países com menor quantidade de mulheres no poder. E na tabela (*anexo 2*) sobre a participação das mulheres nos parlamentos dos países do continente americano, o Brasil é um dos últimos países no *ranking*, ficando a frente apenas do Haiti, Belize e São Cristóvão e Neves.

A partir desses dados do IBGE, é indevido dizer que a função das mulheres ainda está apenas relacionada a atividades domésticas, afinal, há tempos que essa realidade vem sendo alterada. Hoje, podemos ver mulheres atuando nas universidades, em grandes empresas, em cargos de alto nível, na política – ainda que em baixa quantidade –, além de diversas profissões que, até então, eram impensáveis que mulheres pudessem ocupar. E isso é uma mudança social de grande relevância.

Mas, apesar do grande avanço que tivemos com a ascensão de Dilma Rousseff ao poder, esses dados mostram a incoerência da pouca representatividade das mulheres na política perante a grande presença do sexo feminino no Brasil e, ainda, evidenciam a forte dominação masculina que existe no nosso país. Muito além da representatividade e, por conta dela, essa dominação tão discrepante de homens no poder atinge níveis mais agressivos, como por exemplo o da violência de gênero.

A violência de gênero, que se espalha em todos os sentidos, em todas as linhas das interações, é uma das teorias mais relevantes quando se propõe estudar o conceito e as práticas de submissão feminina, pois esses estudos mostram que a violência não está somente em níveis e classes mais baixas da sociedade, como somos levados constantemente a pensar.

O ambiente midiático nos mantém informados, tanto na TV quanto em intervenções urbanas, publicidades, cartazes, entre outros, das práticas de violência física contra toda e qualquer mulher, até mesmo de forma sugestivamente cômica, como foi o caso do adesivo para carros sexualizando a imagem da presidenta Dilma, veiculado nas capitais do país logo após a vitória do seu segundo mandato, considerado como crime de ofensa sexual pelo governo.





Figuras 5 e 5.1 - Imagens retiradas do site “Diva sem frescura. “Adesivo da Dilma: Machismo, misoginia e cultura do estupro:”, 08 de julho de 2015. Escrito por Olga Bon. Acessado no dia 30 de outubro de 2016.

O Brasil é quinto país do mundo com o maior índice de *feminicídios* – homicídio de mulheres –, segundo dados da Organização Mundial da Saúde

(OMS), publicados em março de 2016³. Isso mostra a grave intolerância que ainda existe em nosso país em relação às mulheres. O *Mapa da Violência de 2015*, feito por Julio Jacobo Waiselfisz e que evidencia a quantidade de homicídios sofridos por mulheres nos últimos anos nas capitais, municípios e estados do Brasil, registrou dados de agressões, muitos dos quais realizados pelos próprios parceiros ou cônjuges, além do elevado número de estupros em diversas capitais brasileiras.

No artigo *Contribuições feministas para o estudo da violência de gênero* (2001), de Heleieth I.B. Saffiot, professora de Sociologia e do Programa de Estudos Pós-Graduados em Ciências Sociais da PUC-SP, a autora fala sobre o significado de violência de gênero, enfatizando que esse tipo de violência não é unicamente designada às mulheres, mas que, historicamente, por conta do patriarcado, a violência virou um instrumento de dominação dos homens sobre o sexo feminino.

Para Saffiot, dentro do exercício da função patriarcal, os homens têm o poder de determinar a conduta das categorias sociais, recebendo autorização ou, pelo menos, tolerância da sociedade para punir o que lhes é apresentado como algo indevido, mesmo que não exista nenhuma tentativa, por parte das vítimas, de ir contra as normas sociais. A execução do projeto de dominação-exploração da categoria social homens exige que sua capacidade de mando seja auxiliada pela violência. (SAFFIOT, 2001)

Com efeito, a ideologia de gênero é insuficiente para garantir a obediência das vítimas potenciais aos ditames do patriarca, tendo este necessidade de fazer uso da violência. Nada impede, embora seja inusitado, que uma mulher pratique violência física contra seu marido, companheiro ou namorado. As mulheres como categoria social não têm, contudo, um projeto de dominação-exploração dos homens. E isto faz uma gigantesca diferença. (SAFFIOT, 2001, p.116)

³ Fonte retirada do Site da ONU. Acessado no dia 20 de outubro de 2016.
<<https://nacoesunidas.org/onu-feminicidio-brasil-quinto-maior-mundo-diretrizes-nacionais-buscam-solucao/>>

O poder masculino atravessa todas as relações sociais, transforma-se em algo objetivo, traduzindo-se em estruturas hierarquizadas, em objetos, em senso comum. Ou seja, a passagem, de pai para filho, das mesmas práticas de violência contra a mulher ou o entendimento social de que a violência de gênero é algo normal, que não deve ser combatida por já ser um ato frequente.

O termo *feminicídio* foi criado para separar o que significa o homicídio de um indivíduo, tanto mulher quanto homem, do homicídio sofrido por uma mulher por ela *ser mulher* (*significados.com*, 2016). Existem estudos que mostram os tipos de violência contra a mulher, como, por exemplo, a violência doméstica, mais recorrente, cometida pelos próprios familiares e cônjuges; e a violência sexual, outra agressão muito frequente, chamada também de estupro.

A violência contra mulheres, não obstante incluir mulheres em todas as idades, exclui homens em qualquer etapa da vida. Admite-se esta afirmação como justificativa da opção pela nomenclatura violência doméstica. Entretanto, há agressões codificadas como crimes, que só podem ser perpetradas por homens, como é o caso do estupro. Embora os crimes de natureza sexual não sejam monopólio de homens, estes constituem entre 97% e 99% dos agressores. (SAFFIOT, 2001, p.117)

A quantidade de relatos e denúncias que podemos conferir no *Mapa da Violência*, e as constantes formas de violência contra a mulher, deixam claro que, além de ser um tipo de homicídio diferente do normal, fazem com que essa problematização de violência seja relevante quando buscamos uma igualdade de gênero. Pois, afinal, as mesmas formas de violência, medo e dominação, em todas as faixa etárias e etapas de construção da mulher, não se aplicam de maneira igual aos homens.

No Brasil, por conta da divisão política do país durante as últimas eleições, foi comum encontrar discursos de ódios relacionados aos deputados e outras figuras de autoridade política nas ruas e na internet. Porém, o fato do discurso de ódio contra o deputado Jair Bolsonaro, do Rio de Janeiro, logo

após o escândalo do adesivo de Dilma, não ter uma conotação sexual tão violenta em comparação com o da presidenta, ilustra claramente as teorias de gênero que acabamos de ver.



Figura 6 - Cartaz do deputado Jair Bolsonaro, colocado em saídas de esgotos. Imagem retirada do jornal online *A voz do Araxá*, publicado no dia 02 de julho de 2015. Acessado no dia 30 de outubro de 2016.

Esses estudos apontam que o machismo – sendo o *machismo* um termo relacionado a um sistema de dominação masculina (PSTU, 2011) – ainda é bastante presente na nossa cultura e se articula em diferentes níveis, presentes em diversos meios sociais. E não está relacionado apenas à violência, apesar de dela ser um dos fatores mais extremos, mas também em categorias menores, como ofensas e xingamentos próprios a mulheres, piadas depreciativas, assédios verbais e sexuais etc.

Pierre Bourdieu – sociólogo francês que teve seus estudos voltados para o conceito de dominação –, em sua obra *A dominação masculina* (1998), afirma que a divisão dos sexos está em um conceito chamado “ordem social

das coisas”, que significa determinar e categorizar o normal e o natural de forma objetivada. Ela (a divisão dos sexos) está presente em todo o mundo social, e em estado incorporado, nos corpos e nos *habitus* dos agentes, funcionando como sistemas de esquemas de percepção, de pensamento e de ação. (BOURDIEU, 1998)

Segundo sua teoria, a ordem masculina se torna tão forte que dispensa justificativas. A visão androcêntrica impõe-se como neutra e não tem a necessidade de se mostrar ou procurar uma legitimação. Isso significa que o homem não precisa necessariamente se afirmar como homem, ao contrário da mulher, que passa por pressões sociais em função de afirmar sua feminilidade.

A ordem social funciona como uma imensa máquina simbólica, tendendo a ratificar a dominação masculina na qual se funda: é a divisão social do trabalho, distribuição muito restrita das atividades atribuídas a cada um dos dois sexos, do seu lugar, seu momento, seus instrumentos... (BOURDIEU, 1998, p. 8)

Bourdieu, em seu texto, explica como existe uma relação forte entre o nosso sexo biológico e nossas crenças e hábitos sociais. A diferença biológica entre os sexos, isto é, entre o corpo masculino e o corpo feminino, e, especificamente, a diferença anatômica entre os órgãos sexuais, podem, assim, ser vistas como justificativa natural da diferença socialmente construída entre os gêneros e, principalmente, da divisão social do trabalho. Isto é, o mundo social constrói o corpo como realidade sexuada e como depositário de princípios de visão e de divisão sexualizantes. (BOURDIEU, 1998)

A definição social dos órgãos sexuais, longe de ser um simples registro de propriedades naturais, diretamente expostas a percepção, é produto de uma construção efetuada à custa de uma série de escolhas orientadas, ou melhor, através da acentuação de certas diferenças, ou do obscurecimento de certas semelhanças. [...] Os anatomistas do século XIX

(sobretudo Virey), ampliando o discursos dos moralistas, tentam encontrar no corpo da mulher a justificativa do estatuto social que lhes é imposto, apelando para as oposições tradicionais entre o interior e o exterior, a sensibilidade e a razão, a passividade e a atividade. (BOURDIEU, 2002, p. 12)

A revista Isto É, no dia 06 de abril de 2016, na edição número 2417, estampou na capa uma foto de Dilma Rousseff aparentemente gritando. A imagem, seguida do título “As explosões nervosas da presidente”, e a matéria escrita por Sérgio Pardellas foram seriamente criticadas por diversas feministas por conta da sugestão de que a presidenta Dilma não conseguia controlar suas emoções e, portanto, não era uma pessoa adequada para continuar no cargo político que assumia.

Essa sugestão, muito naturalizada pelos homens sobre as mulheres, vem do fato que Bourdieu cita na questão dos discursos sobre o corpo da mulher e o estatuto social que lhes é imposto e construído. A noção que temos de que a mulher existe como um ser calmo e sensível nos faz repudiar e reprimir mulheres explosivas ou nervosas, normalmente colocando como absurdas essas expressões, ou, até mesmo, atribuindo-as a algum motivo biológico ou externo, como no caso da menstruação das mulheres ser motivo para elas se “alterarem além do normal”.



Figura 7 - Imagem retirada da capa da revista *Isto é*, edição número 2417, 06 de abril de 2016. Acessado no dia 02 de novembro de 2016.

Em discrepância a esse pensamento sobre a explosões das mulheres, no caso dos homens, a raiva, a irritabilidade e a fúria são características masculinas bem aceitas e, inclusive, incentivadas. A masculinidade também é construída socialmente, porém, ao contrário da feminina, traz aspectos positivos para a maioria dos homens que se enquadra dentro desse gênero, que desde pequenos são criados para seguir um comportamento agressivo, para afirmar sua masculinidade e aumentar suas práticas de dominação.



Figura 7.1 - Imagem retirada do site da *Carta Capital*, publicado no dia 27 de julho de 2016, escrito por Luara Colpa “Feminismo e as cortinas a serem despidas”. Acessado no dia 02 de novembro de 2016.

Bourdieu também fala em seu livro sobre a disseminação da dominação pelo “dominado” como consequência do reconhecimento sobre seu lugar de submissão. Isso pode ser ilustrado em situações onde existem o que podemos chamar de “mulher machista”, ou mulheres que sempre foram inseridas nesse contexto de dominação masculina. Mulheres que, ao terem um(a) filho(a), ensinam as mesmas práticas de dominação às quais sempre foram impostas e ensinadas a seguir.

Quando os dominados aplicam aquilo que os domina esquemas que são produtos da dominação, ou, em outros termos, quando seus pensamentos e suas percepções estão estruturados de conformidade com as estrutura mesmas da relação da dominação que lhes é imposta, seus atos de

conhecimento são, inevitavelmente, atos de reconhecimento, de submissão. (BOURDIEU, 2002, p.11)

Tais teorias nos levam também a pensar um pouco mais sobre a questão “sexo e gênero” a partir de estudos sobre o feminismo e da sua construção como conceito. Apesar das teorias sobre a violência e (os) dados que evidenciam a falta de igualdade entre homens e mulheres serem muito esclarecedores, é preciso entender que os problemas de gênero ainda precisam ser bastante discutidos para um entendimento mais completo sobre a dominação masculina e a complicação que isso causa na sociedade.

Os estudos sobre gênero na atualidade estão se expandindo cada vez mais. O tema, muito abordado pelas feministas, traz diversas vertentes, teorias e significados. Além de ter trazido uma discussão relevante e uma proposta de mudança de cenário das mulheres na sociedade.

Na metade do século XX, Simone de Beauvoir – escritora e filósofa francesa, com grandes contribuições para o feminismo – escreveu em seu livro *O Segundo Sexo* (1949) a frase “não se nasce mulher, torna-se mulher”. Esta frase repercutiu o mundo inteiro com a ideia de que tudo o que entendemos por feminilidade – sendo feminilidade um conceito ligado a questões como fragilidade, delicadeza, vaidade com o corpo, depilação e repudia à estética natural, maquiagens etc. –, na verdade, não resulta de um ato inaugural, que toda mulher tem quando nasce, mas sim de uma construção social e cultural. A partir daí, muitas teorias foram articuladas em referência aos seus estudos.

Assim, como as explosões nervosas são categorizadas como características negativas às mulheres, atributos tidos como positivos são também impostos desde que nascemos, segundo as teorias de Beauvoir. Aspectos como delicadeza, um corpo sem pelos, um rosto sempre maquiado, um tipo magro, desde cedo a procura de um esposo, quieta, “recatada” e “do lar” estão presentes no conceito da categoria feminilidade.



Figura 8 - Imagem retirada da revista *Veja*, escrito por Juliana Linhares, 18 de abril de 2016. Acessado no dia 03 de novembro de 2016.

Por mais que as mulheres tenham tido grandes avanços, no sentido de conseguir certa igualdade de gênero, com uma presidenta no poder, saindo de casa e indo trabalhar fora para elas mesmas sustarem suas famílias e não seus maridos, vestindo o que querem e indo contra essa normatividade

presente no gênero feminino, podemos ver que os avanços não foram suficientes quando a mídia ainda produz matérias seguindo um pensamento contrário e contribuindo para que o machismo ainda exista na nossa cultura.

A revista *Veja* fez isso com a matéria “Bela, Recatada e do Lar”, escrita por Juliana Linhares e publicada no dia 18 de abril de 2016, feita para elogiar a atual primeira dama, Marcela Temer, por ser uma mulher que não saiu dos padrões impostos pela sociedade. E, com isso, dando brecha para entendermos que qualquer outra mulher que não esteja dentro dessa categoria não poder ter o mesmo prestígio e respeito que Marcela. No caso, a própria presidenta Dilma está dentro desse entendimento negativo.

Judith Butler, filósofa pós-estruturalista estadunidense, também trouxe muitas reflexões sobre o feminismo, teoria *queer*⁴, filosofia política e ética. Em seu estudo, com referências à Beauvoir, ela diz que essa estrutura binária (feminino/masculino e homossexual/heterossexual) em que somos inseridos cotidianamente é limitada, pois existem vários tipos de gêneros muito além do que apenas homem e mulher. Também diz que o gênero é performático, ou seja, que o nosso comportamento, nossas ações, hábitos e escolhas criam o nosso gênero, seja ele qual for.

Segundo Butler, nós nascemos com um sexo e, a partir daí, quando somos inseridos no mundo, escolhemos qual gênero iremos formatar. Sendo o sexo estritamente e puramente relacionado com o nosso corpo biológico e o gênero relacionado à construção cultural que somos inseridos, o nosso sexo e gênero não são obrigatoriamente ligados um ao outro. Ou seja, se uma pessoa nasce com um *pênis*, ela não é obrigada a se atrair por alguém com uma *vagina* e vice-versa. Butler propõe alterar a ordem de discurso e ultrapassar essas fronteiras.

No artigo *Gênero e Sexualidade* (2008), da professora Guacira Lopes Louro, é explicado de forma resumida a construção do nosso gênero e da nossa sexualidade, a qual é baseada em crenças religiosas, família, escola,

⁴ *Queer* significa estranho, incomum ou bizarro, e, segundo Butler, sua teoria diz respeito um caráter construtivista na identidade de gênero, refutando o caráter “natural” do binômio heteronormatividade, pois afirma que não há um sujeito por trás do feito, mas uma sequência de atos, influenciados por práticas e discursos. (BUTLER, Judith, 1990)

instituições legais e médicas, para depois evoluir para a mídia, novela, publicidade, *blogs*, internet, cinema, televisão, moda.

Gênero e sexualidade são construídos através de inúmeras aprendizagens e práticas, empreendidas por um conjunto inesgotável de instâncias sociais e culturais, de modo explícito ou dissimulado, num processo sempre inacabado. Na contemporaneidade, essas instâncias multiplicaram-se e seus ditames são, muitas vezes, distintos. Nesse embate cultural, torna-se necessário observar os modos como se constrói e se reconstrói a posição da normalidade e a posição da diferença, e os significados que lhes são atribuídos. (LOURO, 2008, resumo)

Lopes também entra na questão da normalidade quando diz que se adquire essa noção de diferença pela “norma”. Essa norma (sendo entendida nesse contexto como “lei”) não aparece de forma única, enunciada por um soberano ditador, mas sim espalhada em toda parte, no cotidiano, a partir de repetições constantes, até que todos acreditem que a norma é o que é normal, natural, certo.

Portanto, se a posição do homem branco heterossexual de classe média urbana foi construída, historicamente, como a posição de sujeito ou a identidade referência, segue-se que serão diferentes todas as identidades que não correspondam a esta ou que desta se afastem. A posição normal é, de algum modo, onipresente, sempre presumida, e isso a torna, paradoxalmente, invisível. Não é preciso mencioná-la. Marcadas serão as identidades que dela diferirem. (LOURO, 2008, p. 22)

A noção de que a palavra “mulher” na verdade é construída, e que todas as referências e padrões que temos sobre esse gênero são normas definidas previamente para determinar seu comportamento na sociedade, é possível

inferir, então, que o ideal de mulher é uma invenção social. Afinal, se sua construção como feminina lhe é inserida desde (ou até mesmo antes) seu nascimento, pode-se dizer que a mulher é “marcada” desde o início de sua vida.

As mulheres e o resto das minorias sociais lutam contra esses padrões e esses estigmas durante a vida toda. Algumas vezes, conseguem alguns avanços significativos, mas uma das coisas que infelizmente impede que seus avanços sejam mais aceitos, mais do que o patriarcado, mais do que o preconceito enraizado, são os discursos midiáticos.

A ambiência midiática me permite, como comunicadora, entender essas questões sobre gênero e estigma a partir de publicações, matérias, cartazes, *tweets*, *blogs*, *websites*, intervenções urbanas, etc.; afinal, a comunicação e os veículos que a compõem criam culturas, alimentam tolerâncias (e intolerâncias), transformam pensamentos, além de consistir em um dos maiores meios de discursos de poder que temos e confiamos, pois a mídia faz parte integralmente da vida dos brasileiros.

Segundo a Pesquisa Brasileira de Mídia (PBM) realizada em 2015 e encomendada pela Secretaria de Comunicação Social da Presidência da República (SECOM), cerca de 80% da população brasileira mantém os hábitos de consumo de informação e entretenimento pelas mídias e meios de comunicação. Foram feitas 18.312 entrevistas com pessoas maiores de 16 anos, em 848 municípios brasileiros no ano de 2014, e o resultado mostrou que 79% dos entrevistados se informam pela televisão, entre outras mídias tradicionais, e 67% pela internet – embora a tendência é que esse número só aumente, pois o crescimento da utilização da internet nos dias de hoje é inquestionável.

A Comunicação – a Publicidade, principalmente – atua como um dos principais meios de informação no nosso país e do mundo, e é responsável pela quantidade de anúncios agressivos e sexualizados em relação às mulheres. Esses anúncios, por mais inofensivos que pareçam ser no primeiro momento, entram no subconsciente dos homens, das mulheres e das crianças, e fazem com que eles criem comportamentos baseados nas informações que

estão consumindo pela mídia. Isso vale não apenas para anúncios, mas para filmes, novelas, reportagens e até mesmo a pornografia.

Portanto, quando perfis cômicos, revistas *online* ou jornais sérios fazem piadas ou publicam textos e imagens questionando ou ironizando a presidenta Dilma pelas questões de feminilidade que vimos, percebemos o quão grave e o quão sério esses discursos podem ser, ainda mais se tratando da primeira mulher que conseguiu ser presidenta do Brasil. Ela não ficou livre de ataques misóginos, sexistas e machistas, com agressões públicas e discursos de ódio que afetaram a sua forma de governar e a sua imagem perante a população.



CURIOSIDADES
@CURIOSIDADES

+ Seguir

Presidente Dilma gasta 400 mil dólares pra ficar parecida com capa de botijão de gás.



RETWEETS

1.623

CURTIRAM

1.013



10:16 - 1 de jan de 2015

Figura 9 - Imagem retirada do perfil “@curiosidades” no dia 1 de janeiro de 2015, na rede social Twitter. Acessado no dia 04 de novembro de 2016.



Figura 10 - Imagem publicada pela apresentadora do jornal do SBT, Rachel Sherazade, no dia 29 de agosto de 2016 na rede social Instagram. Acessado no dia 04 de novembro de 2016.

Essas duas publicações, feitas em perfis distintos da internet, ilustram bastante como a presidenta Dilma foi retratada durante o seu mandato, sempre com acusações relacionadas com o seu corpo, sua roupa, sua beleza, sua competência estritamente relacionada com o seu gênero, sua agressividade, seus surtos nervosos que implicam dizer também sobre a sua falta de

condições para governar um país. Todas essas publicações, todas essas expressões sobre sua postura como presidenta, sobre sua impopularidade, sobre suas escolhas, sobre seus defeitos, sobre seus erros, mostram que a presidenta sofreu esses ataques por ser *mulher*.

Diversos veículos de comunicação, em especial revistas de cunho político que, por função e objetivo, devem informar o brasileiro sobre as questões políticas e econômicas do país, fizeram análises e discursos da Dilma fora do cenário político, sobre assuntos relacionados ao seu gênero – como foi o caso de reportagens da revista *Veja* e *Isto é*, que deram menos foco às suas decisões como presidenta do Brasil. O que não vemos, em contrapartida, é o mesmo discurso referente a deputados, senadores, presidentes e outros homens que atuam na política.

O artigo *Mulheres, política e mídia: algumas incursões em torno da representação sociocultural de Dilma Rousseff* (Gomes e Bárbara, 2011), feito pelas professoras das universidades Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP) e Universidade Federal de Viçosa (UFV), explica sobre o poder do jornalismo em perpetuar noções socioculturais quando faz matérias ou reportagens com essa intenção.

Fairclough (1993) aponta que a notícia jornalística, como prática social da imprensa, é um tipo de prática recontextualizada, em que os participantes ali posicionados transformam e/ou recontextualizam os eventos de forma a representá-los a seus leitores. Ao produzir tal processo, os participantes dessa prática social podem rearranjar as relações sociais, reposicionar os papéis sociais de forma a atender aos interesses e propósitos socioculturais. (GOMES E BARBARA, 2011, p. 314)

Ou seja, a notícia jornalística – e não somente ela, mas todas as imagens e textos que compõem o ambiente midiático e por meio dele se reproduz – tem grande importância na construção dos papéis sociais que cada

ser humano representa e, ao representar Dilma Rousseff da forma como frequentemente vimos durante o seu mandato, mostra as intenções e interesses político-sociais de uma sociedade ainda bastante patriarcal.

A problematização que levanto é uma reflexão sobre a Dilma enquanto mulher que chegou à presidência de um país que possui grandes desigualdades de gênero, além de ter sido, historicamente, de grande importância para novas construções de pensamento. Também proponho uma reflexão a um entendimento mais profundo de certas questões sociológicas, como o fenômeno das relações de poder que abordo no capítulo a seguir.

4. E se pensarmos Dilma como estigma das relações de poder?

4.1. Relações de poder

Quando falamos de estigma e problemas de gênero, é importante entender que a existência dessas questões estão envolvidas em um sistema que engloba não só os estigmatizados, mas a sociedade como um todo, de várias maneiras, formas e graus diferentes. Para pensar em Dilma como uma mulher que chegou à presidência de um país, e ainda sofre com a sua condição de estigmatizada, é preciso pensar primeiramente no poder, pois as relações de poder – e veremos o porquê – são a base e precedente para que questões como gênero e estigma se disseminem em nossa cultura social.

Ao falarmos de poder, tendemos a entendê-lo como algo concentrado especificamente nos agentes de Estado e em todo o corpo político que compõem os sistemas governamentais do Brasil e do mundo. Talvez esse pensamento seja condicionado propositalmente quando somos educados, justamente para que só enxerguemos o poder como algo que se tem por privilégio ou direito e, principalmente, como algo relacionado geralmente às esferas governamentais.

Isso é muito comum quando elegemos um presidente e acabamos por achar que, por intermédio dele, o país teria grandes mudanças e avanços, sem sabermos, no entanto, que essa é uma situação que depende de vários agentes sociais. No caso da presidenta Dilma, por conta dela ser mulher e de todos os estereótipos de gênero que ela carrega, essa noção acabou sendo negativa para os brasileiros.



Figura 11 - Imagem retirada da rede social Facebook, de um perfil/autor não identificado, acessado no dia 28 de outubro de 2016.

O *meme*, além de focar em suas vestimentas, intensificando ainda mais os discursos sobre machismo e os problemas de gênero, carrega o descrédito em Dilma e o engano da maioria das pessoas ao achar que seu poder como presidenta conseguiria mudar o país. Neste caso, se não é o presidente ou o Estado que tem o poder, quem tem?

Michel Foucault, filósofo francês – que dedicou seus estudos às teorias de poder e conhecimento –, em suas análises acerca do tema no livro *Microfísica do Poder* (1979), explicou o que se entende por poder, onde ele existe e como ele se propaga. Em seu pensamento, Foucault afirma que não existe uma teoria geral do poder e o considera como uma realidade que possui uma natureza, uma essência que ele procuraria definir por suas características universais. Não existe algo unitário e global chamado poder, mas unicamente formas díspares, heterogêneas, em constante transformação. (FOUCAULT, 1979).

Daí a importância e polêmica ideia de que o poder não é algo que se detém como uma coisa, como uma propriedade, que se possui ou não. Não existe de um lado os que têm o poder e de outro aqueles que se encontram dele alijados. Rigorosamente falando, o poder não existe; existem sim práticas ou relações de poder. (FOUCAULT, 2011, p. 14)

O poder não é um objeto natural, uma coisa: é uma prática social construída historicamente. Podemos dizer que ele é algo que se efetua como se fosse uma máquina, que não está em um lugar privilegiado, mas que se dissemina por toda a estrutura social. Ele está sempre presente e se exerce como uma multiplicidade de relações de forças (FOUCAULT, 1979).

Essa noção nos permite compreender que até mesmo as próprias lutas contra o poder não podem ser feitas de outro lugar, do exterior, e, por isso, nada e nenhuma forma de organização está livre de poder. Isso não quer dizer que o poder não está concentrado também no Estado, pois, afinal, ele ainda tem um papel muito importante nas relações de poder existentes em determinadas sociedades. O que Foucault nos faz questionar é a ideia de que o Estado seria o órgão central e único de toda a forma de poder, e de que toda a rede de poderes existentes na sociedade moderna seria uma extensão do que o Estado produz.

Existem outras formas de exercer o poder que não exclusivamente feitas pelo Estado, mas a ele articuladas de maneiras variadas, e que são indispensáveis até mesmo para que ele próprio consiga se sustentar e atuar com mais eficiência. “A razão é que o aparelho de Estado é um instrumento específico de um sistema de poderes que não se encontra unicamente nele localizado, mas o ultrapassa e complementa” (FOUCAULT, 1979).

O termo “microfísica” utilizado em suas análises traz a ideia de que o poder se desenvolve no “macro” e depois no “micro”, pensando primeiramente nas extremidades e em situações locais, pesquisando detalhadamente procedimentos e controles identificados no corpo – como hábitos, gestos, comportamentos e discursos –, para pensar o poder tanto no deslocamento do espaço quanto do nível em que ele acontece.

Assim sendo, chegamos também à percepção de que, já que o poder não é concentrado em um órgão só e sim disseminado por toda uma rede complexa de micropoderes existentes na sociedade, seria impossível pensá-lo ou defini-lo como um fenômeno unicamente repressivo ou que diz respeito à lei ou à repressão.

Seria impossível exatamente porque o poder possui um caráter produtivo, estratégico e positivo; que não busca apenas reprimir a população social sobre seus atos e modos de viver comum, e sim educá-los, aprimorá-los, adestrá-los, para que possam viver disciplinados em uma sociedade organizada, sem qualquer possibilidade de questionar essa organização.

Não se explica inteiramente o poder quando se procura caracterizá-lo por sua função repressiva. O que lhe interessa basicamente não é expulsar os homens da vida social, impedir o exercício de suas atividades, e sim gerir a vida dos homens, controlá-los em suas ações para que seja possível e viável utilizá-los ao máximo, aproveitando suas potencialidades e utilizando um sistema de aperfeiçoamento gradual e contínuo de suas capacidades. (FOUCAULT, 2011, p. 16)

Se o poder fosse um fenômeno tão repressivo e negativo, ele não se sustentaria por tanto tempo e tão intrinsecamente em várias culturas. Ele seria frágil. O que faz com que o contínuo e interminável exercício de poder se mantenha forte em nossa sociedade é que, além da repressão, o poder produz saber, melhora a economia, induz ao prazer e cria disciplina. Sem poder não existe desenvolvimento humano e tudo vira desordem.

Resumidamente, o poder é a base de tudo. É a base da organização, do ensino, da ordem. É com ele que produzimos conhecimento, que estipulamos saberes, que desenvolvemos talentos. A partir do poder somos submetidos a certos costumes e hábitos que moldam nossa forma de pensar e de agir no mundo. É com o poder que temos respeito, mas também é por conta dele que desenvolvemos preconceitos, doenças psicológicas (inserido na questão dos hospícios), opiniões, que agimos a favor da barbárie em nome de ideologias

as quais fomos ensinadas e disciplinadas a seguir, sobretudo por conta das relações de poder.

O poder está relacionado à cultura e embora seja possível de separar cultura de poder, Foucault faz também uma reflexão sobre o fato de, às vezes, não percebermos como o poder nos domina, ou como ele está inserido no nosso cotidiano, justamente porque somos parte de um processo cultural, desenhando-se em formas de estar e ser no mundo.



Figura 12- Site do chargista Duke, Dukechargista.com.br. Acessado no dia 03 de novembro de 2016.

O chargista brasileiro Duke fez uma ilustração sobre como somos moldados constantemente pela cultura, quando, ao discordarmos da presidenta Dilma sobre suas ações políticas, expressamos com xingamentos relacionados, mais uma vez, à sua condição como mulher. Isso mostra como somos construídos pela cultura que vivemos, e como somos cotidianamente manipulados por ela, assim como somos manipulados pelo poder.

Foucault estuda o poder na questão da sexualidade, da justiça, das prisões e da intelectualidade, e vai verificando sua função e propagação em cada uma dessas instâncias. Em sua obra, *Vigiar e Punir* (1975), ele analisa a história das violências nas prisões. O interessante do seu estudo sobre o poder nessas instituições, segundo ele, é que lá é o único lugar em que o poder se manifesta da maneira mais pura e demasiadamente bruta, justificando esses atos com a moral.

O que é fascinante nas prisões é que nelas o poder não se esconde, não se mascara cinicamente, se mostra como tirania levada aos mais ínfimos detalhes, e, ao mesmo tempo, é puro, é inteiramente “justificável”, visto que pode inteiramente se formular no interior de uma moral que serve de adorno a seu exercício: sua tirania brutal aparece então como dominação serena do Bem sobre o Mal, da ordem sobre a desordem. (FOUCAULT, 2011, p. 73)

Outra relação interessante que ele nos leva a pensar é como instituições como a escola, o presídio, as fábricas e os hospícios têm a mesma ordem disciplinar. Se pararmos um pouco para analisar, veremos que as condutas são as mesmas nos três tipos de lugares: horários para sair e entrar, uniforme, uma figura de autoridade para nos reprimir ou punir, permissões controladas, um segurança para nos vigiar e até mesmo espaços abertos para tomar ar, cercados por paredes e muros. Todos estes elementos estão presentes tanto nas escolas como nos presídios e hospícios.

É estranho e extremamente curioso ver que somos criados, desde pequenos, para nos submetemos a uma ordem de disciplina do corpo parecido com o da prisão. Se na prisão o exercício de poder age da forma mais puramente possível, e na educação temos um regime idêntico, é dentro da escola que fazemos um dos primeiros contatos com a repressão do poder.

Por isso aceitamos o poder de forma tão passiva e positiva. Quando falamos da prisão, existe uma consciência coletiva, afirmando que o uso do poder é necessário. Ao determos e estigmatizarmos os criminosos na sociedade adquirimos uma falsa impressão de segurança. Esquecemos que a prisão, na verdade, é uma fábrica de criminosos, que não reabilita as pessoas para voltarem à vida social de forma pacífica, mas as transformam em seres mais criminosos ainda.

Foucault afirma que a polícia é mais uma forma de sistema de poder, pois havendo prisões que fabricam mais criminosos em vez de reabilitá-los, o uso de polícia para combatê-los é necessário. Aceitamos que homens fardados nos revistem, nos rondam, peçam nossos documentos, ditem regras e cometam abuso de poder sobre nós porque precisamos deles. E não podemos questionar sua autoridade, pois são eles que, em teoria, nos mantêm a salvo dos criminosos.

A burguesia não se importa absolutamente com os delinquentes nem com sua punição ou reinserção social, que não tem muita importância do ponto de vista econômico, mas se interessa pelo conjunto de mecanismos que controlam, seguem, punem e reformam o delinquente. (FOUCAULT, 2011, p. 186)

Para o poder se manter, é interessante que existam criminosos. Sem eles, não haveria necessidade da criação de uma polícia, e sem a polícia não teríamos mais uma instituição para nos reprimir diariamente sem ter como resistir às suas ações agressivas e moralmente falsas. O poder vem mascarado de necessidade, de segurança, de sensatez e, mais do que isso, é por intermédio do poder que se produz o conhecimento.

4.2. Poder e conhecimento

O que se descobriu também ao analisar o poder foi que o conhecimento era um de seus grandes efeitos, depois do indivíduo. A percepção de que o conhecimento é ligado ao poder talvez seja mais curiosa do que a da prisão fabricar criminosos, mas ao mesmo tempo faz todo o sentido. Quando pensamos em conhecimento, qualquer que seja, não imaginamos sua existência sem as condições políticas necessárias para que tanto ele se forme quanto o sujeito que o domina.

Foucault analisa que todo exercício de poder é ao mesmo tempo exercício de saber. Isso porque, quando falamos das instituições que mais sistematizam o poder, não excluimos sua função como fornecedoras de conhecimento. Por exemplo: o hospital não é apenas um lugar de cura, mas uma instituição de produção e transmissão de saber. Da mesma forma que a escola tem relação com a Pedagogia, que é outra ciência do saber, e a prisão e o do hospício com a Psiquiatria, na Medicina etc. Todo conhecimento assegura um exercício de poder.

Para Foucault, qualquer saber tem seu nascimento nas estruturas de poder. Não existe saber neutro, todo saber é político, pois todo agente de poder vai ser um agente de constituição do saber para enviar aos que lhe colocaram no poder, um determinado conhecimento que exerce. Ou seja, tudo está estritamente ligado.

O saber na sociedade é baseado em poder: quanto maior o seu conhecimento, mais poder você tem de influenciar a política, a economia, a sociedade e, inclusive, pessoas (as massas) que não têm – ou não deveriam ter – tanto conhecimento e que são submetidas àqueles que o têm. Um grande exemplo disso são os intelectuais. Os filósofos e pessoas que dedicam sua vida às ciências humanas fazem parte de um sistema de poder que dita que uns sabem mais do que os outros e influenciam as classes mais desprovidas de conhecimento com suas teorias e descobertas.

No livro *Microfísica do poder* (1979), Foucault afirma que, recentemente os intelectuais descobriram que as massas não precisam deles para aprender,

saber, conhecer. As massas têm, se não as mesmas noções, completa condição própria de entendimento sobre tudo. Elas sabem perfeitamente, muito melhor que os intelectuais, e expressam melhor que os próprios.

Mas, por conta do sistema de poder, eles são barrados, proibidos e censurados. O poder dita que quem realmente sabe sobre ciência e o conhecimento são os intelectuais; as massas devem ser apenas ensinadas por esses agentes da consciência.

Os próprios intelectuais fazem parte desse sistema de poder, a ideia de que eles são agentes da “consciência” e do discurso também faz parte desse sistema. O papel do intelectual não é mais o de se colocar “um pouco na frente ou um pouco de lado” para dizer a muda verdade de todos; é antes o de lutar contra as formas de poder exatamente onde ele é, ao mesmo tempo o objeto e o instrumento: na ordem do saber, da “verdade”, da “consciência”, do discurso. (FOUCAULT, 2011, p. 71)

Essas análises trazem uma reflexão muito importante sobre tudo o que conhecemos e fomos ensinados, desde o nosso primeiro desenvolvimento epistemológico. Se todo o saber é movido pelo poder, não tem outra forma mais concreta de explicar que somos seres completamente manipulados por esse sistema. Tudo o que sabemos, falamos, estudamos e a forma como agimos não é por coincidência ou por características próprias. Não aprendemos “por acaso”.

Tudo o que vemos, consumimos, pensamos e até tudo o que somos levados a querer e a sentir prazer são próprios da dominação a que somos submetidos. Estudar o poder significa ver que tudo é construído, manipulado, definido previamente. O gênero, como falei anteriormente, também mostra que todas as teorias sobre a mulher, o seu corpo, seu papel na sociedade, estigma, cultura e imaginários são crenças completamente construídas e disseminadas por entre as gerações até os dias de hoje.



Figura 13 - Imagem retirada do site *Uol notícias*. Giovanna Tavares: "Tchau querida: Atitudes machistas e sutis que ainda diminuem as mulheres" 18 de abril de 2016. Acessado no dia 03 de novembro de 2016.

Na votação do *impeachment*, alguns deputados a favor do processo de saída da presidenta Dilma Rousseff levaram cartazes escritos "tchau querida", expressando sua opinião contra a política do governo atual, e, também, satirizando a imagem de Dilma enquanto mulher ao chamá-la de "querida". Na imagem, é visível que o sexo masculino é maioria (apenas uma mulher entre todos eles), o que confirma as teorias sobre o papel da mulher que existe no imaginário dos homens e também seu estigma.

O poder está presente não somente aí, mas também no nosso medo de criminosos, no nosso prazer quanto à nossa sexualidade, no nosso senso de justiça, na nossa reverência aos grandes intelectuais. Todas essas questões que nos transformam em indivíduos que vivem em sociedade são construídas. O poder faz de nós seres manipulados por determinados interesses de quem assume um cargo de poder.

É, talvez, quase como se nós tivéssemos perdido a nossa liberdade de escolha desde que nascemos. Se somos manipulados pelo sistema de poder desde a escola até quando vamos trabalhar, depois, nas questões de gênero ao escolhermos um(a) parceiro(a) para nos relacionar, a descoberta manipulada pela mídia de nossa sexualidade, nosso ideal de família, a forma de educar os nossos filhos baseada no que aprendemos, a repressão de certas práticas e aceitação de outras, e o prazer e a noção positiva de tudo isso sem questionarmos praticamente nada, significa que vivemos em uma eterna servidão voluntária.

4.3. A servidão voluntária

Ao falarmos de servidão voluntária, não podemos deixar de citar o filósofo francês Étienne de La Boétie que, no século XVI, publicou uma de suas obras mais famosas, *O Discurso da Servidão Voluntária*. Obra que trouxe uma reflexão muito importante sobre a dominação e a opressão, não só pela época em que foi escrita – a derrota dos franceses pelo rei quanto a um novo imposto –, mas porque traz valiosos questionamentos até os dias de hoje.

É considerado por muitos como um hino da liberdade, pois La Boétie critica exatamente como podemos abrir mão da nossa liberdade tão facilmente para sermos submetidos e escravizados por uma pessoa só. Seu argumento é que nenhum ser humano é melhor do que o outro a ponto de comandar o resto de uma Nação, e questiona o fato de uma pessoa comum, com os mesmo atributos, qualidades e defeitos de todos os outros, chegar ao poder e sujeitar milhões de pessoas às suas tiranias.

Quero para já, se possível, esclarecer tão somente o fato de tantos homens, tantas vilas, cidades e nações suportarem as vezes um tirano que não tem outro poder de prejudicá-los enquanto eles quiserem suportá-lo; que só lhes pode fazer mal enquanto eles preferem aguentá-lo a contrariá-lo. (LA BOÉTIE 2006, p.5)

O autor diz ainda que a solução mais simples e óbvia – e se abisma com o fato de ninguém perceber – de acabar com a servidão é parando de seguir e de se submeter ao tirano. Ao virarmos as costas para ele e não lhe darmos motivo para nos reprimir, ele não terá outra escolha senão sair do poder, porque só um não pode com a força de um milhão. Para La Boétie, é impensável que as pessoas não entendam isso e continuem servindo um homem só, dando-lhe cada vez mais poder, força, dinheiro, e abrindo mão de suas liberdades.

Essa reflexão me fez relacionar com os estudos de Foucault sobre a construção do poder. No *Discurso da Servidão Voluntária*, La Boétie afirma que o poder está concentrado apenas no rei, no tirano ou qualquer um que esteja no poder central de toda a sociedade. Então, seguindo sua lógica, acabando com o tirano e com o poder do Estado sobre os demais, automaticamente, se tem a liberdade. Porém, Foucault afirma que o poder está muito além do Estado. Ou seja, ele é muito mais complexo do que se imagina e é exercido como uma multiplicidade de relações de forças.

Nem o controle, nem a destruição do aparelho de Estado, como muitas vezes se pensa, embora, talvez cada vez menos, é suficiente para fazer desaparecer ou para transformar, em suas características fundamentais, a rede de poderes que impera em uma sociedade. (FOUCAULT, 2011, p. 13)

O livro foi escrito em 1530, uma época em que o sistema governamental era baseado na monarquia, por isso que seus pensamentos e análises são fundamentados na crença de que uma pessoa apenas tem o poder sobre todos os outros. Porém, o mais interessante é que La Boétie deixa claro que, apesar da época, seus questionamentos e indagações são independentes do sistema governamental, pois essa forma de domínio é igualmente ridicularizada em qualquer governo (democrático, republicano, monárquico, etc.).

Além do fato dele repudiar o exercício dos tiranos, uma coisa muito importante que faz da sua obra ser um marco é, principalmente, dizer como nós, seres humanos, não valorizamos a liberdade que temos. Está na nossa natureza ser livre e, a natureza, apesar de ter feito os indivíduos diferentes uns dos outros em algumas questões, não era para que o maior pudesse se sobrepor ao menor e a ele escravizar, mas sim que ajudássemos uns aos outros.

Para La Boétie, a liberdade é a única coisa com a qual nascemos e abrimos mão tão facilmente, sem ao menos lutar por ela. E, quando ele diz liberdade, não é somente aquela liberdade de andar na rua livre, de não ser escravizado como os negros e judeus foram nos séculos passados, de não ser acorrentado ou de não ver a luz do sol. A liberdade está muito além disso e quer dizer muito mais.

Quando renunciamos à nossa comodidade, quando pagamos impostos sem receber melhorias ou benefícios em troca, quando somos obrigados pelo sistema a agir de forma padrão para nos integrar à sociedade, tudo isso é uma forma de servidão voluntária. Voluntária porque significa a postura das pessoas que perdem a liberdade por vontade própria. Que aceitam, que, sem o menor esforço, são submissos a alguém, seja um rei ou um sistema, mas que sempre estão o tempo todo fazendo coisas contra a sua real vontade, ou sem realmente pensar *qual* a sua real vontade, de tão submissos e inseridos que já estão.

Segundo La Boétie, a natureza humana é fraca, pois temos a tendência de nos abaixar perante a força e de achar que somos mais fracos ou que devemos sempre servir a alguém, nunca comandar. Tudo isso está ligado com as relações de poder e cadeias de opressão. Essa tendência também está associado ao hábito ou a tradição. Quando somos criados por pessoas que já passaram ou passam por essa relação de poder, automaticamente acreditamos que é normal, que é aceitável.

É verdade que, a princípio, serve com constrangimento e pela força; mas os que vêm depois, como não conheceram a liberdade nem sabem o que ela seja, servem sem esforço e

fazem de boa mente o que seus antepassados tinham feito por obrigação. Assim é: os homens nascem sob o jugo, são criados na servidão, sem olharem para lá dela, limitam-se a viver tal como nasceram, nunca pensam ter outro direito nem outro bem senão o que encontraram ao nascer, aceitam como natural o estado que acharam à nascença. (LA BOÉTIE, 2006, p. 23)

Isso é visível em situações onde, por exemplo, uma mãe fala para a filha que ela deve lavar louça, usar batom de cores mais claras, não falar palavrão e nem sobre sexo em sua criação. A menina escuta esses ensinamentos desde pequena, aceitando como se fosse normal. E cresce, muitas vezes, sem se opor ou questionar a condição que lhe fora imposta desde que nasceu. Assim é a servidão voluntária. Assim são as relações de poder.

Uma das questões discutidas durante o mandato de Dilma foi a sua roupa. Não somente na internet em tons sarcásticos e humorísticos – além de agressivos e maldosos –, como também na mídia jornalística, que utilizou desse discurso para falar sobre a ex-presidenta.

Esse tipo de julgamento dificilmente é questionado pelas próprias mulheres, que desde pequenas são sempre bombardeadas por comentários sobre suas vestimentas, e isso acaba lhes acompanhando por toda vida. O que retoma as teorias de gênero já discutidas, sobre os discursos de feminilidade, nas quais as mulheres são constantemente forçadas a se incluir em um padrão de beleza ditador de regras e de estereótipos.



Figura 14 - Revista Veja, p. 132, 6 de outubro de 2010. Escrito por Mário Mendes. Acessado no dia 03 de novembro de 2016.

E por que aceitamos? Por que preferimos a servidão? Por que aceitamos todas essas cadeias de poder? Para La Boétie, é, simplesmente, porque a liberdade não traz necessariamente a felicidade. Quando somos

submetidos a regras e a certos modos de conduta, servimos de bom grado porque é fácil, não necessitamos de muito esforço, e, automaticamente, isso leva ao prazer. Servir é prazeroso porque não exige responsabilidade. E a liberdade é isso: responsabilidade sem garantia. É você não saber para onde ir, o que fazer, como agir. Ser livre é, potencialmente, viver em angústia.

Por que é fácil aceitar as regras que somos impostos na escola? A sermos obrigados a prestar vestibular e escolher a carreira do nosso futuro precocemente? A necessidade de conseguir um bom emprego, passar em um concurso público? A importância de nos mostrarmos felizes o tempo inteiro nas redes sociais (a importância até mesmo de *ter* uma rede social)? A dificuldade de não se aceitar no gênero que foi lhe ensinado e impregnado aos seus hábitos de viver desde que você nasceu? Porque transgredir todo esse sistema é extremamente angustiante.

Ir contra o sistema é difícil não só porque os micropoderes impedem esse exercício, mas porque é confortável. E o próprio poder faz com que achemos confortável, que seja aceitável e até mesmo prazerosa toda essa servidão. Novamente, cito Foucault quando ele diz que não se pode definir o poder como uma força repressiva, porque, afinal, ele tem uma positividade, ele gera vários benefícios para a sociedade – o conhecimento e a disciplina, como vimos, são alguns deles.

É por meio dele que adquirimos prazer, que consumimos, que o capitalismo se reproduz da forma mais intensa possível pela publicidade, pela tecnologia, pela indústria. O poder nos tira a liberdade, mas nos dá condições e formas prazerosas para que aceitemos voluntariamente essa repressão.

Claro que isso não quer dizer que não existam diversas resistências em contrapartida. Existem muitos movimentos que são contra a ordem naturalizada que o poder impôs ao sistema e que lutam cada vez mais para que ele possa ser destruído ou, pelo menos, minimizado. É por isso que, quando se problematiza qualquer problema social, seja de qualquer nível ou instância – feminismo, racismo, vegetarianismo, homofobia, gordofobia, estigmatização etc. –, é interessante, primeiramente, problematizar o poder.

4.4. A problematização do poder

“Em uma sociedade como a nossa, que tipo de poder é capaz de produzir discursos de verdades dotados de efeitos tão poderosos?” (FOUCAULT, Michel, 2011, p. 179).

Além do Estado, das microforças e sistemas que fazem com que o poder se institua – e que são de suma importância para o poder, como fenômeno, existir –, é necessário um discurso. Todas as relações de poder e tudo o que ele constitui não estão dissociados e muito menos funcionam se não houver um discurso muito bem desenvolvido por trás. Ou seja, é pela mídia e meios de comunicação, principalmente, que o poder se estabelece.



Figura 15 - Imagem retirada do site *Extra Digital*. “Camisetas com ofensas à presidente Dilma são expostas em Brasília”. 17 de abril de 2016. Acessado no dia 04 de novembro de 2016.

As camisetas da figura acima feitas meses antes do processo de *impeachment* da ex-presidenta, mostram como certos discursos feitos com a ajuda da Comunicação e da mídia, manipulados por partidos políticos de oposição ao então governo, podem propagar e levar à população alguns fatos e entendimentos sobre as intenções de Dilma e sua imagem.

E é impressionante perceber, com todas essas análises, que a sua impopularidade como presidenta não foi a primeira a existir no Brasil, mas a forma como sua imagem foi depreciada em toda a ambiência midiática foi, em determinada escala, maior do que outros presidentes do sexo masculino que comandaram o país.

Capa da revista Veja sobre o ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva:



Figura 15.2 - Imagem retirada do blog etc., "Contra o formalismo fascista: sobre a prisão de Lula" publicado no dia 15 de outubro de 2016. Acessado no dia 04 de novembro de 2016.

Capa da revista Carta Capital sobre o atual presidente Michel Temer:



Figura 15.3 - Imagem retirada do site *Infonews*. "Temer nas capas de revista". Publicado no dia 01 de maio de 2016. Acessado no dia 04 de novembro de 2016.

É então que percebemos que o discurso midiático é, ao mesmo tempo, vítima dessa cultura de gênero e de uma sociedade patriarcal, e também de extrema importância para que essa cultura se estabeleça e continue forte. Usando como argumento uma verdade – e quando falamos de verdade, falamos de um termo manipulado por interesses políticos e econômicos – que justifique todos os atos, é que as múltiplas relações de poder que constituem o corpo social produzem grandes efeitos.

Foucault já dizia que uma teoria não quer dizer o conjunto de coisas verdadeiras, mas o conjunto de regras segundo as quais se distingue o verdadeiro do falso e se atribui ao verdadeiro efeitos específicos de poder (FOUCAULT, 1979).

A verdade é centrada na forma do discurso científico e nas instituições que o produzem; está submetida a uma constante incitação econômica e política (necessidade de verdade tanto para a produção econômica, quanto para o poder político); [...] é produzida e transmitida sob o controle, não exclusivo, mas dominante, de alguns grandes aparelhos políticos ou econômicos (universidades, exército, escritura, meios de comunicação); enfim, é objeto de debate político e de confronto social (as lutas ideológicas). (FOUCAULT, 2011, p. 13)

O poder nos força e nos obriga cada vez mais a desempenhar certas funções e a viver de certos modos, usando como justificativa os discursos de poder. Segundo Foucault, a verdade é produzida pela biologia, medicina, política, religião. Enfim, “verdade”, nesse contexto, significa tudo aquilo a que somos levados a acreditar em função do poder.

Essa relação entre poder e verdade, e poder e direito, é bastante válida para se ter um entendimento mais amplo sobre a dimensão desse fenômeno e como a Comunicação está presente de forma primordial para que ele aconteça. Por certo, sabemos que, para o poder ser essa força inabalável, ele precisa estar inserido muito além do Estado. Ele precisa, acima de tudo, estar em

todas as camadas e níveis sociais possíveis para conseguir se propagar melhor e mais fortemente.

E é pelo discurso, pela comunicação, pela fala que ele se insere nessas instâncias. Para as pessoas aceitarem o poder, é preciso que elas entendam, por meio de linguagens, o sentido da sua existência. É a partir da arte, da música, do cinema, da informação, da publicidade e da Comunicação, como um todo, que se produz uma verdade que vira um dos efeitos de poder.

A relevância de estudar esse fenômeno na construção de uma teoria, e de um entendimento maior sobre o estigma da mulher, é de ver como a Comunicação é importante em todo esse processo e como ela desempenha um papel fundamental para a propagação de todos os problemas sociais nos quais estamos inseridos atualmente.

Problematizar o poder é, acima de tudo, entender que somos movidos por uma força maior do que imaginamos, que penetra mais fundo do que somos levados a entender, e que cada dia mais nos reprime de diversas formas e meios diferentes. Transgredir aos costumes e os falsos discursos de moral é chegar onde mais interessa (e onde mais somos oprimidos) quando falamos de poder. Ter a noção de que somos movidos por uma relação de força e opressão é uma das maiores problematizações sobre o poder que podemos construir.

Ter entendimento sobre como ele funciona, suas camadas e níveis de atuação são importantes para produzir formas de resistência e de subverter todo esse modo de pensamento e de conhecimento que nos foram ensinados desde que nos entendemos como indivíduos em sociedade. É por isso que é tão importante combatê-lo.

O poder cega as pessoas de formas impressionantes, pois utiliza de meios como a cultura, a mídia e a indústria para manipular os interesses individuais. Com isso, ele ultrapassa níveis de humanidade, de racionalidade, de moral. La Boétie já afirmava em seu livro, *A Servidão Voluntária* (1530), que nem o mais bondoso e mais honesto dos reis, ao chegar finalmente ao poder, está imune de se tornar um carrasco e de se aproveitar do resto do povo,

explorando, matando e sugando as pessoas que o servem de maneira bruta e pouco ética.

O mesmo se aplica aos dias de hoje, em cada instância, em cada nível de relação social, em cada estrutura organizacional. Não importa quem adquire o poder, nem como e nem o porquê, ele acaba sucumbindo ao seu pior efeito: o da opressão.

5. Conclusões

Chegar à conclusão de um trabalho desses não é fácil. Quando comecei a minha pesquisa, não imaginava que os caminhos dela me trouxessem até aqui, nem que cada análise e teoria descrita fizesse eu enxergar a minha profissão com outros olhos como aconteceu. Ser mulher é muito difícil. Eu mesma carrego esse estigma desde que nasci. O contato com a opressão veio cedo e me acompanhou até chegar à universidade. E, lá dentro, foi inevitável levantar questionamentos que antes passariam despercebidos.

A ideia de fazer uma pesquisa que entendesse a mulher como ser estigmatizado, dentro das camadas de poder que a própria Comunicação ajuda a construir, me possibilitou mais entendimento da força da Comunicação do que tantos semestres de Publicidade, buscando aprender como funcionava a estrutura de uma propaganda, me proporcionou. No fundo, sempre acreditei, e agora acredito ainda mais, que a Publicidade é muito mais que isso, que a Comunicação em si é muito mais do que isso.

Apreendi com o meu trabalho muito mais do que esperado. Ao estudar a mulher como estigma do ponto de vista midiático, compreendi a importância que uma mulher tem no poder ou na presidência de um país. Além de analisar a presidenta Dilma Rousseff como um grande ícone e referência de uma mulher que ultrapassou todas as barreiras de estigma que a vida lhe impôs e comandou um país, resistindo aos terríveis ataques ao seu gênero e a todas as camadas de poder que inevitavelmente a tiraram do seu cargo, espero, posteriormente, analisar também mulheres no poder no resto do mundo.

Hoje, ficou mais difícil olhar pro mundo da mesma maneira que eu olhava. Hoje ficou ainda mais difícil ser mulher. Hoje ficou mais difícil absorver muitos discursos. Hoje vejo a ex-presidenta Dilma com outros olhos, sou mais crítica com a mídia, e fico muito mais atenta a certos comentários na internet que podem influenciar pessoas que estão crescendo à base dessa estrutura de poder forte, mas que não é inabalável ou indestrutível.

Uma das coisas que mais me chamou a atenção durante a minha pesquisa foram as seguintes palavras do filósofo Foucault:

Nada mudará a sociedade se os mecanismos de poder que funcionam fora, abaixo e ao lado dos aparelhos de Estado a um nível muito mais elementar e cotidiano não forem modificados. (FOUCAULT, 2011, p. 140)

Ou seja, de nada adianta querer acabar com as pessoas mais “poderosas” do sistema político se vimos que o poder está enraizado e disseminado em toda a parte; se vimos que, reproduzindo pensamentos e opiniões machistas, discursos sexistas e contribuições para as ideologias de violência contra mulher por mensagens da comunicação que nós mesmo criamos ou ajudamos a criar, o poder se fortalece cada vez mais nas instâncias do estigma.

O estigma, os problemas de gênero e as relações de poder estão todos interligados, cada um a um nível mais profundo do outro, cada um precisando dos outros para continuar existindo. Não existe estigma sem poder, não existem problemas de gênero sem estigma e não existe poder sem discurso. Uma mídia que dê mais valor às mulheres, e que as apoie quanto terem cargos de alto nível na política e no poder do mundo é uma forma de quebrar, pouco a pouco, esses fenômenos.

Por isso, quanto mais rápido entendermos que o poder é gerido pelo discurso e, com isso, ter a noção do quanto nosso papel como comunicadores é muito maior do que apenas vender ou informar (mais sim transgredir e mudar essa realidade que hoje e há muito tempo produz intensos massacres), mais perto nós estaremos de uma mudança significativa e efetiva.

Precisamos, urgentemente, ser mais humanos, respeitar as diferenças, ter sensibilidade com certos assuntos, problematizar mais e saber que, dentro da nossa profissão, temos uma capacidade enorme de gerar transformações. Meu papel como comunicadora está muito mais claro do que esteve em todos os anos de faculdade. E espero, com isso, dentro das minhas limitações e condições, poder disseminar essa noção enquanto eu puder me chamar de publicitária.

6. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ARBEX, Daniela. **O Holocausto Brasileiro**. São Paulo; 1ª Edição, 2013.
- BEAUVOIR, Simone. **O segundo sexo**. São Paulo; 1ª Edição, 2009.
- BOURDIEU, Pierre. **A dominação masculina**. Rio de Janeiro; 2ª Edição, 2002.
- BUTLER, Judith. **Problemas de gênero: feminismo e subversão da identidade**. Rio de Janeiro; 2003.
- FOUCAULT, Michel. **Microfísica do poder**. São Paulo; Edições 29, 2011.
- FOUCAULT, Michel. **Vigiar e Punir**. Rio de Janeiro; Edição 20, 1999.
- GOFFMAN, Erving. **O Estigma – notas sobre a manipulação da identidade deteriorada**. São Paulo; Edição 4, 2004.
- GOMES E BARBARA. **Mulheres, política e mídia: algumas incursões em torno da representação sociocultural de Dilma Rousseff**. Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP) e Universidade Federal de Viçosa (UFV), 2011.
- KARNAL, Leandro. **O medo à liberdade e a servidão voluntária**. Youtube. Dez. 2015. Disponível: <https://www.youtube.com/watch?v=zR8QzE_goCs>. Acesso em: 20 agosto. 2016.
- LA BOETIE, Étienne. **O discurso da servidão voluntária**. São Paulo; 2006.
- LOURO, Guacira Lopes. **Gênero e sexualidade**. Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), 2008.

SAFFIOT, Heleieth. **Contribuições feministas para o estudo da violência de gênero**. Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP), 2001.

SECOM, Secretaria de Comunicação Social da Presidência da República. **Pesquisa Brasileira de mídia 2015: hábitos de consumo de mídia pela população brasileira**. Brasília: Secom, 2014.

VARGAS, Fundação Getúlio. **Dicionário de Ciências Sociais**. Rio de Janeiro; 1986.

WAISELFISZ, Julio Jacobo. **Mapa da violência de 2015: Homicídio de mulheres no Brasil**. Brasília; 1ª edição, 2015.

Sites consultados:

Procuradoria Especial da Mulher e Secretaria da Mulher. **Mais mulheres na política**. Senado Federal e Câmara dos Deputados, 2015. Disponível em: <<http://www2.senado.leg.br/bdsf/item/id/510155>>

Biografia da ex presidenta Dilma no site da presidência. Disponível em: <<http://www2.planalto.gov.br/presidencia/presidenta/biografia/biografiadilma>>
Acessado no dia 20 de outubro de 2016.

Notícia: **Mulheres são chefes de estado ou governo em apenas 14 países do mundo**. fonte: site Uol Notícias. Disponível em: <<http://noticias.uol.com.br/internacional/ultimas-noticias/2010/10/20/mulheres-sao-chefes-de-estado-ou-governo-em-apenas-14-paises-do-mundo.htm>>
Acessado no dia 20 de outubro 2016.

Notícia: **América latina e mulheres: 6 presidentes e nenhuma ditadora**.
Fonte: Revista exame *on-line*. Disponível em:

<<http://exame.abril.com.br/mundo/america-latina-e-mulheres-6-presidentes-e-nenhuma-ditadora/>> Acessado no dia 20 de outubro 2016.


Notícia: **ONU: Taxa de feminicídio no Brasil é a quinta maior do mundo; diretrizes nacionais buscam solução.** Fonte: site Nações Unidas do Brasil. Disponível em:

<<https://nacoesunidas.org/onu-femicidio-brasil-quinto-maior-mundo-diretrizes-nacionais-buscam-solucao/>> Acessado no dia 20 de outubro 2016.

7. ANEXOS

ANEXO 1:

No ranking de 188 países, o Brasil aparece na 158ª posição. É um dos que têm menos mulheres no Poder Legislativo

Posição	País	% de mulheres
1	Ruanda	63,8
2	Bolívia	53,1
3	Andorra	50,0
4	Cuba	48,9
5	Seichelles	43,8
6	Suécia	43,6
7	Senegal	42,7
8	Finlândia	42,5
9	Equador	41,6
10	África do Sul	41,5
↓		
64	Sudão Vietnã	24,3
102	Montenegro	17,3
↓		
133	São Vicente e Granadinas	13,0
↓		
158	Brasil 	9,0*

* Como nem todos os Parlamentos se dividem em duas câmaras (alta e baixa), o ranking considera, conforme o país, ou a câmara única ou apenas a câmara baixa. No Brasil, a câmara baixa é a Câmara dos Deputados.

Fonte: Woman in National Parliament, de fevereiro de 2015. Tabela do mapa Mulheres na Política 2015 está nos Anexos



ANEXO 2:

Tabela 3: A participação feminina nos Parlamentos das Américas

País	% de mulheres
Bolívia	53,1
Cuba	48,9
Equador	41,6
Nicarágua	39,1
México	38,0
Argentina	36,2
Costa Rica	33,3
Granada	33,3
Guiana	31,3
Trinidad e Tobago	28,6
El Salvador	27,4
Honduras	25,8
Canadá	25,2
Peru	22,3
República Dominicana	20,8
Colômbia	19,9
Estados Unidos	19,4
Panamá	19,3
Venezuela	17
Barbados	16,7
Saint Lucia	16,7
Chile	15,8
Paraguai	15,0
Guatemala	13,3
Bahamas	13,2
Uruguai	13,1
Suriname	11,8
Antígua e Barbuda	11,1
Brasil	9,0
São Cristóvão e Neves	6,7
Haiti	4,2
Belize	3,1

Fonte: Woman in National Parliament, de fevereiro de 2015
Tabela do mapa Mulheres na Política 2015 nos anexos.